

JÂNIO COM VASSOURA E SEM MÁSCARA:

CARTA DOCUMENTO A UDN ENTREGUISTA

(LEIA NA TERCEIRA PAGINA)

ANO I — RIO, SEMANA DE 3 A 9 DE JULHO DE 1959 — N.º 19

**INDÚSTRIA
AUTOMÓVEIS:**

NOVOS RUMOS

REDAÇÃO: AVENIDA RIO BRANCO, N.º 257 — SALAS 1711/1712

**PARTE
DO LEÃO
PARA
FORDE
GENERAL
MOTORS****(6.ª PAGINA)**

Jovens Paulistas Renovam o Teatro

Um grupo de jovens artistas e intelectuais de São Paulo, reunidos principalmente em torno do chamado Teatro de Arena, vem desenvolvendo importante trabalho de renovação de nosso teatro. Entre eles destacam-se Gianfrancesco Guarnieri e Oduvaldo Viana Filho. A propósito damos, na página 9, completa reportagem. Na foto, Bila (Flávio Migliaccio) e Fina (Riva Nimitz) personagens da peça "Chapeluba F. C.", de Oduvaldo Viana Filho.



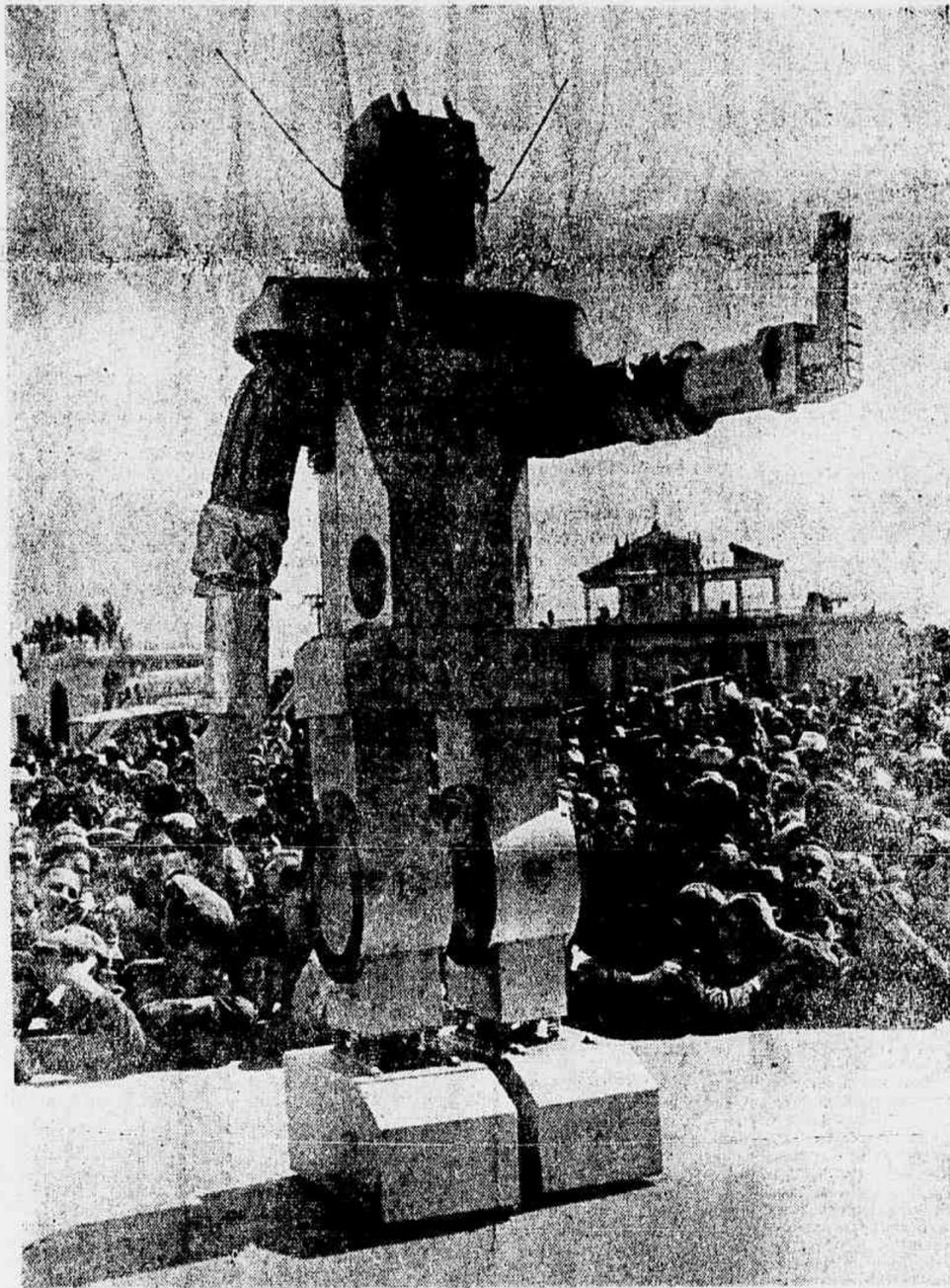
CONTRADIÇÃO

Por ter o governo brasileiro repellido as exigências do Fundo Monetário Internacional, a revista «Fortune» (da cadeia Fortune-Life-Time, de Mr. Luce) vê nuvens negras pairando sobre o nosso país. Acha que todos os males que enfrentamos advêm do fato de procurarmos «fazer tudo demasiadamente rápido». Mas não fica nesse conselho velado para que amoteçamos o ritmo de nosso desenvolvimento econômico. Vai além, sustentando que «a necessidade mais urgente do Brasil agora é parar».

No mesmo dia em que se divulgou aqui o artigo da revista norte-americana, líderes da indústria foram ao Palácio das Laranjeiras levar aplausos ao presidente da República por sua posição «segura e certa» ante o FMI e pelo discurso pronunciado a 17 de junho na concentração popular frente ao Catete. Acudiam assim — disseram eles — à proclamação do sr. Juscelino Kubitschek de que se torna necessário mobilizar a opinião pública brasileira no sentido da preservação e do estímulo ao processo de desenvolvimento econômico em que se empenham a Nação e o Governo». Agradecendo o apoio dos industriais, afirmou o presidente da República: «O Brasil não pode parar, sendo, portanto, necessário e urgente que a atividade industrial prossiga também na sua jornada.»

Muito bem. Não há dúvida de que a afirmação é clara e igualmente justa. O Brasil não pode parar. Só não pensam assim os sangue-sugas e parasitas, daqui e do estrangeiro, que se alimentam da nossa condição de país subdesenvolvido. Mas, no mesmo dia em que tais palavras claras e justas eram proferidas, o governo, através da SUMOC do sr. Garrido Torres, elevava para setenta e seis cruzeiros o dólar de exportação do café. Enveredava assim pela guerra de preços no mercado mundial, o que vale dizer, pela política de baixa dos preços. E as consequências dessa política são conhecidas e já estão sendo apontadas pela imprensa: correspondem, em última análise, a uma desvalorização da nossa moeda, a um agravamento da crise de divisas, em benefício do setor dos fazendeiros e exportadores de café e em detrimento do conjunto da economia nacional. Uma política, assim, contrária aos interesses do nosso desenvolvimento. Note-se que a mesma «Fortune», no artigo que diz que nossa necessidade mais urgente é parar, critica também o Brasil por ficar fora dos mercados mundiais de café, «em virtude de seus preços elevados».

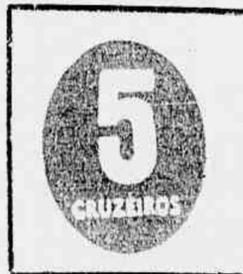
Onde ficamos, então? Parados ou em desenvolvimento? É evidente a contradição entre as palavras do presidente da República e o ato do governo. E essa contradição, que se manifesta também sob outros aspectos, é que deve ser superada. O que aconteceu em relação ao Fundo Monetário Internacional veio exatamente mostrar a necessidade de o governo mudar de rumos na sua política econômica-financeira, orientando-a de maneira efetiva e firme pelos caminhos que conduzem ao nosso desenvolvimento independente, reclamado pelos interesses da nação. Não será sacrificando o conjunto de nossa economia, em benefício de latifundiários retrógrados ou dos monopólios imperialistas, que conseguiremos realizar a «revelução do desenvolvimento» de que tem falado o sr. Juscelino Kubitschek.

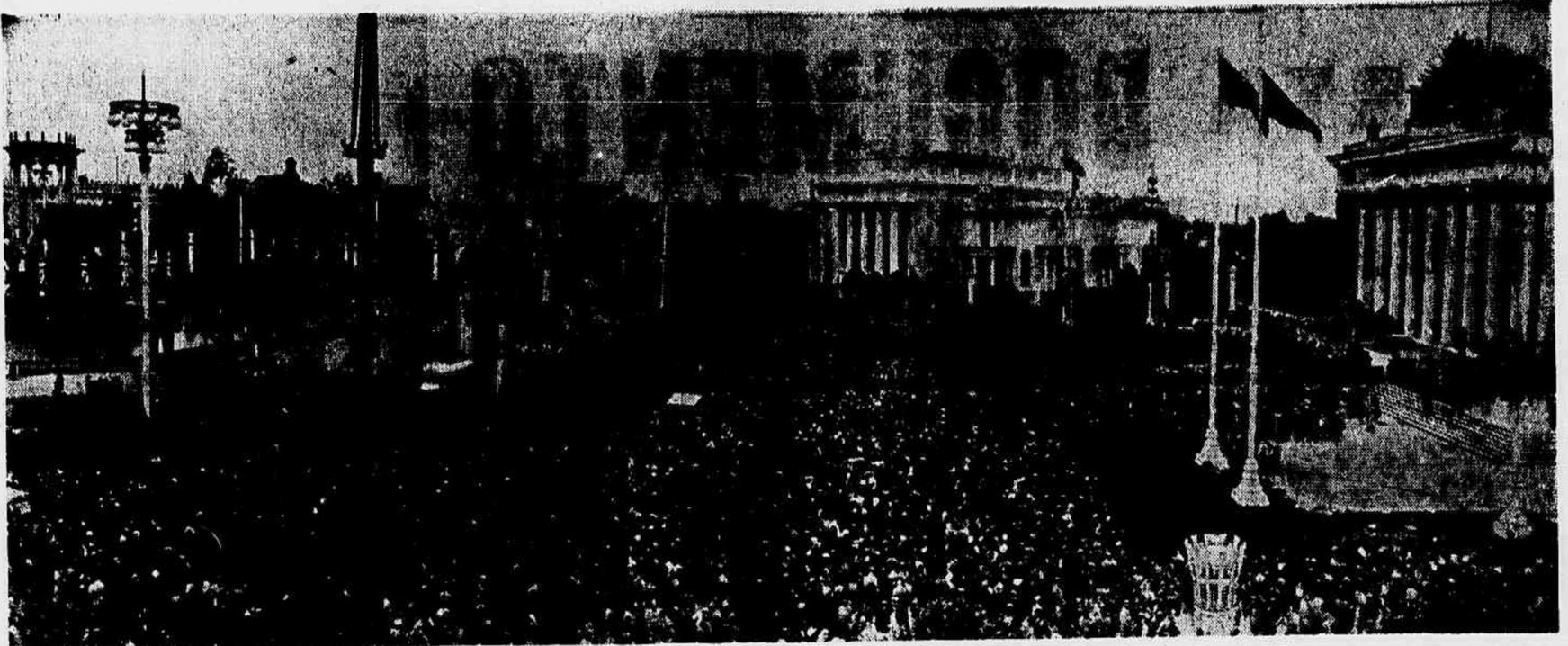


○ "Homem" Mecânico

Já no ano passado, na Exposição Internacional de Bruxelas, motivo de grande interesse para os visitantes foi a apresentação da «Mão automática» no Pavilhão da União Soviética. Qualquer pessoa podia colocar no próprio pulso uma corrente imantada e fazer movimentos com sua mão: todos os movimentos eram repetidos pela mão mecânica, até mesmo o ato de escrever palavras em qualquer língua. Pode-se imaginar a importância deste invento de automatização para fábricas, usinas, oficinas etc. Um simples movimento de um homem pode multiplicar-se inu-

meras vezes. Agora, na Exposição Econômica da URSS, inaugurada em Moscou, os soviéticos apresentaram um «Homem mecânico», no pavilhão de eletrificação. É mais um passo nos processos de automatização quando as máquinas cada vez mais substituem o trabalho do homem, proporcionando a este mais tempo livre para o descanso, as diversões, a cultura. Na foto (Agência TASS), crianças soviéticas (e adultos também) vêem movimentar-se o fantástico «Homem mecânico».

**LAVRADORES
PAULISTAS:****NAO COMEMOS
CAPIM.
QUEREMOS
PLANTAR
CEREAIS**
(5.ª página)**POLICIA:****DEVASSA
DEVE SER
COMPLETA**
(3.ª página)**TRABALHADORES
DECIDEM:****CAMPANHA
NACIONAL
CONTRA
CARESTIA**
(5.ª página)**JK E FMI:****CAMINHO
A SEGUIR
TEM SIDO
INDICADO**
(10.ª página)



A URSS MOSTRA AO MUNDO AS SUAS REALIZAÇÕES NO CAMPO DA ECONOMIA — No dia 16 de junho último imensa massa humana se aglomerou frente aos majestosos pavilhões

que integram o conjunto da Exposição que abriu as suas portas, para mostrar ao povo soviético e a todo o mundo os progressos da economia nacional... A Exposição está localizada na vasta área moscovita, que abrigava até então as Exposições Permanentes Agrícola e Industrial da URSS. Aos 53 pavilhões existentes foram acrescentadas mais 18, inteiramente novos. A Exposição está dividida em 4 seções: geral, da indústria, transportes, agricultura e construção. Em seus 71 Pavilhões encontra-se exposto todo o progresso econômico da nação, em todos ramos de sua economia, impulsionado nos últimos anos pelo aperfeiçoamento da técnica e da cultura, bem como um quadro das vastas perspectivas que se abrem para estes próximos sete anos. No Pavilhão da Academia de Ciências da URSS os visitantes podem admirar pela primeira vez os foguetes meteorológicos e geofísicos empregados para o estudo das camadas mais altas da atmosfera. No Pavilhão dedicado a "Energia atômica para fins Pacíficos", que tem agora o dobro do seu tamanho anterior, estão expostas as maquetes de centrais elétricas atômicas de 150.000 e 400.000 KW, que serão construídas no septenato em curso. Os progressos da indústria e do transporte estão mais amplamente apresentados através das mostras de 73 Sovnarkhoses, 1.300 empresas industriais e 250 Institutos de investigação científica. Quase novos Pavilhões — "Eletrificação", "Radioeletrônica", "Geologia" e "Transporte", atraem a atenção dos visitantes. Com maior envergadura a Exposição exhibe as últimas realizações no campo da siderurgia e da siderurgia ferrosa, da indústria petrolífera e do gás natural, da ótica e da tecnologia mais avançada na indústria das construções mecânicas. Existem estúdios de televisão em cor e de transmissões estereofônicas. Na praça existente frente ao Pavilhão dos Transportes podem ser vistos aviões reatores "TU-104" e outros tipos de aviões de passageiros. Nos 20 pavilhões dedicados às realizações no campo da agricultura estão expostos os modernos tipos de tratores, máquinas combinadas e grande variedade de outros implementos agrícolas. O clichê fixa uma vista panorâmica da Exposição, vendo-se a grande massa humana que se reuniu às suas portas, no dia da abertura.



JORGE ALESSANDRI, presidente do Chile

DENUNCIADA NO CHILE A DITADURA DO F. M. I.



Deputado Rafael Agustín Gumucio

CRÔNICA INTERNACIONAL

EXPOSIÇÕES: FATOR DE PAZ

Acontecimento aparentemente de ordem científico-técnica, apenas, mas na realidade de alta significação política, foi a inauguração a 30 de junho em Nova Iorque de uma grande exposição soviética. Logo mais instalar-se-á em Moscou exposição norte-americana de idénticas proporções. Resultam, ambas, da execução do acordo "Sobre permutas no domínio da cultura, da técnica e da instrução" firmado entre os dois países a 27 de janeiro do ano passado, em Washington. A exposição soviética em Nova Iorque (ocupando três andares do edifício "Coliseu") compareceram o Presidente Eisenhower e o Vice-Presidente Nixon. E para inaugura-la foi a capital comercial dos Estados Unidos um Vice-Primeiro-Ministro soviético, Kosslov. Num feito condizente com a natural expectativa do povo norte-americano, o avião de Kosslov, um TU-114 (o maior avião comercial a jato do mundo), realizou pela primeira vez um voo sem escalas de Moscou a Nova Iorque, em 11 horas e 6 minutos, batendo assim um novo recorde mundial. "Mais rápido do que o Sol na sua trajetória sobre metade do Globo terrestre..." — glosou Kosslov. Os 10 mil objetos expostos no Coliseu de Nova Iorque completarão a ideia que os americanos já começaram a formar dos progressos gigantescos alcançados pela URSS. Lugar de destaque na exposição é ocupado pelas seções que mostram as conquistas soviéticas na solução de problemas relacionados com os vãos cósmicos, os satélites da Terra, o planeta que gira na órbita solar, o desenvolvimento da técnica dos foguetes, os complexos instrumentos de automatização e mecanização dos métodos de produção, o aproveitamento da energia atômica para fins pacíficos, maquetes de usinas eletrotômicas, do quebra-gelo atômico "Lenin", além de inúmeras amostras de outras realizações soviéticas no terreno da indústria leve, da agricultura, da instrução, da saúde pública, das artes. Em resumo — e o Vice-premier Kosslov reiterou — a URSS está empenhada num gigantesco esforço de construção pacífica, tendo como objetivo alcançar e ultrapassar o país capitalista mais desenvolvido, os Estados Unidos, tanto na produção global como na produção por habitante. E é neste terreno — e não no do armamento — que a URSS propõe a competição. O significado das exposições como fator de aproximação dos dois grandes povos foi reconhecido pelo Vice-presidente Nixon. A exposição soviética em Nova Iorque e a norte-americana em Moscou, disse, "propiciam uma oportunidade única para diminuir os mal-entendidos que existem entre os nossos governos e assim promover a causa da paz...". As duas exposições da americana se inauguram em agosto em Moscou, pela sua importância como acontecimento medido no pós-guerra, ultrapassam os limites das relações soviético-americanas para refletir-se beneficentemente em todo o mundo, contribuindo para o alívio da tensão internacional. São um exemplo também ao nosso país, onde certos setores, embora restritos, se obtinham em fazer a grande potência socialista a União Soviética, enquanto os próprios E.E.U.U. estreitam com ela suas relações.

Os chilenos foram objeto das mesmas imposições do Fundo Monetário Internacional ditadas ao Brasil. Mas o governo do Chile se conformou. Segundo jornais de Santiago, o país teve "hipotecada sua soberania" aos Estados Unidos a fim de conseguir um empréstimo do FMI. O fato causou indignação ao povo chileno. No parlamento, o deputado democrata-cristão Rafael Agustín Gumucio denunciou a capitulação do governo de Alessandri às exigências do FMI. É interessante observar como essas condições amplamente reveladas na imprensa e no parlamento chileno coincidem com as que tentaram impor ao Brasil. Senão, vejamos.

AS EXIGÊNCIAS DO FMI

- 1) Limitar as atuais emissões de papel-moeda, fazendo-as baixar de 30% num semestre até chegar a 5% e não aumentando o crédito do Banco Central do Chile em mais de 10% durante o resto do ano.
2) Supressão de qualquer aumento de vencimentos e salários de futuro no que se refere ao setor público.
3) Equilíbrio do Orçamento, limitando-o às receitas atuais.
4) Redução de 10% nas despesas da administração do orçamento nacional (demissão de funcionários).
5) Diminuição de um terço das despesas do orçamento nacional, o que corresponderia a 50 milhões de dólares.
6) Destinar ao pagamento da dívida externa o preço máximo do cobre (considerando este a 25 cents de dólar a libra, com uma produção de 400 mil toneladas).
7) Eliminação dos acordos bilaterais, quando estes não forem pautados em moeda forte.

AUMENTO DO CUSTO DA VIDA

Entre as consequências funestas para o Chile das exigências do Fundo Monetário Internacional está a intensificação do aumento do custo da vida. A política econômica do atual governo, contrária aos interesses do povo chileno, já determinou um aumento de 17% no custo da vida somente nos primeiros 4 meses deste ano.

O «CONTO» DO EMPRÉSTIMO

As exigências do Fundo Monetário Internacional ao Chile destinam-se a atender-lha um pedido de em-



prestio de 130 milhões de dólares. Mas, esse dinheiro os chilenos o vêem por um oculto. Dos 130 milhões, 23 milhões ficam nos Estados Unidos para cobrir dívida que deveria ter sido paga a 31 de março, juros de empréstimos contraídos anteriormente. Outros 25 milhões de dólares serão entregues ao Ekimbank para projetos de ampliação das companhias privadas «Chilena de Eletricidade» e «Empresas Siderúrgicas». O empréstimo ficará reduzido, no fim de contas à infima soma de 60 milhões de dólares. Ante estas exigências, o tal empréstimo representa apenas mais um compromisso do Chile através do qual deve entregar anualmente aos Estados Unidos uma boa parcela da renda do país: mais de 22 milhões de dólares! Quer dizer, o Chile fica ainda mais endividado, numa demonstração palpável de que os empréstimos não resolvem, sobretudo quando concedidos sob

condições ilegais tais quais as impostas pelo FMI. Os chilenos falam com razão de «ditadura do Fundo Monetário Internacional», sob a máscara de ajuda para seu desenvolvimento econômico. A soma recebida pelo Chile não se destina a obras básicas, como, por exemplo, o fomento da indústria pesada. Parte vai parar nas mãos de companhias que de chilenas só têm o nome, pois na realidade são ranhos de poderosas empresas norte-americanas que exploram os minérios e a indústria energética. Na semana passada, dez deputados chilenos (cinco comunistas, quatro socialistas e um democrata-popular) pediram o julgamento político do Ministro da Fazenda, Roberto Vergara, por haver aceito as exigências do FMI contrárias aos interesses nacionais. Uma comissão parlamentar foi incumbida de estudar a questão e apresentar um relatório à Câmara chilena. Vergara é acusado de ter violado a Constituição, comprometendo gravemente a segurança econômica do país e a honra da nação. No Chile, como no Brasil, há um importante setor da burguesia nacional que deseja o desenvolvimento econômico do país e que, ao lado da classe operária e de outras camadas da população, resiste às imposições dos Estados Unidos. Ropete ou resiste à ajuda americana que significa, no fim de contas, um bom negócio mas para os norte-americanos. O objetivo desta é unicamente multiplicar seus lucros e se apoderar de novas fontes de matérias-primas (especialmente petróleo, onde quer que ele exista). Outra parte da burguesia, porém, ainda se submete passivamente às imposições dos Estados Unidos. O novo governo chileno, chefiado por Jorge Alessandri, mantém a mesma política anterior de lhanex, resistindo a tomar medidas reclamadas pelos interesses nacionais independentemente da submissão aos Estados Unidos. É significativo, por exemplo, que o Chile figura entre os únicos seis países do Continente americano que não mantêm relações, com qualquer país socialista. Entre estes, as odiadas ditaduras de Stroessner no Paraguai, de Trujillo na República Dominicana, de Idiagui Fuentes na Guatemala. No entanto, o Chile sofre as consequências da limitação de seu mercado externo, sobretudo nas vendas de salitre, que os norte-americanos manobram a vontade. Uma das razões de estar,

RELAÇÕES COM TODOS OS PAÍSES

reclamada pelo povo chileno, é manter relações com todos os países. ACUSADO O MINISTRO DA FAZENDA Na semana passada, dez deputados chilenos (cinco comunistas, quatro socialistas e um democrata-popular) pediram o julgamento político do Ministro da Fazenda, Roberto Vergara, por haver aceito as exigências do FMI contrárias aos interesses nacionais. Uma comissão parlamentar foi incumbida de estudar a questão e apresentar um relatório à Câmara chilena. Vergara é acusado de ter violado a Constituição, comprometendo gravemente a segurança econômica do país e a honra da nação.

ACUSADO O MINISTRO DA FAZENDA

Na semana passada, dez deputados chilenos (cinco comunistas, quatro socialistas e um democrata-popular) pediram o julgamento político do Ministro da Fazenda, Roberto Vergara, por haver aceito as exigências do FMI contrárias aos interesses nacionais. Uma comissão parlamentar foi incumbida de estudar a questão e apresentar um relatório à Câmara chilena. Vergara é acusado de ter violado a Constituição, comprometendo gravemente a segurança econômica do país e a honra da nação.

NOVOS RUMOS
Diretor — Murilo Alves
Gerente — Guttemberg Cavalcanti
Redator-chefe — Orlando Bomfim Jr.
Secretário — Fragmoa Borges
REDATORES
Almir Matos, Rui Facó, Paulo Motta Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.
MATRIZ
Redação, Av. Rio Branco, 257, 17.º andar, S/1712
— Tel: 42-7344
Oficina: Av. Rio Branco, 257, 9.º andar, S/905
Endereço telegráfico —
«NOVOSRUMOS»
ASSINATURAS
Anual ... Cr\$ 250,00
Semestral ... " 130,00
Trimestral ... " 70,00
Aérea ou sob registro, despesa à parte
N. Avulso ... Cr\$ 5,00
N. atrasado ... " 8,00.

PSD Com Lott: Resta Apenas Formalizar

Das resistências que se erguam no PSD contra a candidatura do marechal Teixeira Lott não restam, neste instante, senão alguns focos isolados, que se desfazem com extraordinária rapidez. O que se nota agora é uma corrida daqueles setores que antes se mostravam mais renitentes e hoje procuram aparecer como os líderes e dirigentes dessa candidatura. Um exemplo típico é o dos figurões possedistas de Minas Gerais — particularmente os sr. Bias Fortes e Benedito Valadães — que se, anteriormente, opunham uma resistência encarnizada à indicação do nome de Lott, disputam agora uma aproximação mais estreita com o marechal, procurando cada qual colocar-se em posição mais evidente pró-Lott. Esta é, aliás, de um modo geral, a atitude da "ala velha": forçada a aceitar uma candidatura que não correspondia aos seus desejos, esforça-se no sentido de atraí-la para sua esfera de influência, atastando tanto quanto possível a hegemonia inercial da "ala nova" e da Frente Parlamentar Nacionalista.



Mal Lott

Campanha já iniciada

Antes mesmo da reunião do dia 15, já se considera iniciada a campanha eleitoral pró-Lott. Começam a surgir os comitês eleitorais, assim como as primeiras iniciativas no terreno da propaganda. O emblema da campanha, segundo parece, será uma torre de petróleo e um trator, simbolizando o nacionalismo e o desenvolvimento econômico. Pensa-se também em realizar o comício de lançamento em Volta Redonda ou nas proximidades dos campos petrolíferos de Mataripê, na Bahia.

Vice, o problema

Um problema que permanece sem solução é o do candidato a vice-presidente na chapa Lott. Pelo acordo entre o PSD e o PTB, cabe ao Partido Trabalhista o direito de indicar o nome do companheiro do ministro da Guerra. Não será fácil fazê-lo, entretanto. Lançando-se candidato por conta própria, quando esta indicação deve ser feita oficialmente pelo PTB, o sr. Fernando Ferrari criou um problema inevitavelmente difícil de ser resolvido. Sabese que a tendência dominante entre os trabalhistas é para a indicação do nome do sr. João Goulart. Uma vez, porém, que já existe um candidato de origem petebista, realizando intenso trabalho de proselitismo, há sempre o risco de uma divisão de forças — trunfo com que conta pessoalmente o sr. Ferrari, que pretende fazer dessa ameaça um elemento de pressão para que o seu nome seja afinal aceito.

Levando em conta esta situação, está sendo apressada a volta do sr. João Goulart.

Conteúdo político da campanha

Há uma visível preocupação entre setores nacionalistas que apoiam ou tendem a apoiar a candidatura Lott quanto ao conteúdo que deve caracterizar a campanha. Sendo o candidato das forças situacionistas, será impossível desligar do nome do marechal Lott os reflexos inevitáveis da política realizada pelo governo do sr. Kubitschek. Pode-se mesmo afirmar que, dado o sistema de forças que apoia o ministro da Guerra, a decisão do pleito de 1960 será, antes de tudo, resultado da orientação que venha a seguir o Catepe neste período de ano e meio que nos separa das eleições.

A enorme repercussão que alcançou na opinião pública o gesto de JK rompendo com o FMI e o apoio decisivo encontrado então pelo governo demonstram que o caminho de JK não pode ser outro senão o de realizar uma política de independência em face dos monopólios norte-americanos e voltada para atender aos interesses populares. Este será um fator decisivo para assegurar a vitória de Lott frente à demagogia e o cinismo do sr. Jânio Quadros.

CARTA DE JÂNIO: FAVORÁVEL À REFORMA CAMBIAL DO FMI



Derrompendo as delícias de sua "viagem ao mundo", que entra agora no terceiro mês, o senhor Jânio Quadros enviou de Roma uma carta ao sr. Magalhães Pinto a qual é, ao mesmo tempo, um padrão de cinismo e uma confissão, embora camuflada, de sua posição entreguista. O motivo da carta é responder a dois quesitos que lhe foram submetidos pela direção da UDN: detalhe da natureza meramente formal para a oficialização de sua candidatura pela "eterna vigilância".

"Absoluta identidade"

Através deste documento, fica definitivamente caracterizada a candidatura de Jânio. Ela nada tem de populista, apesar dos seus conhecidos truques demagógicos contra os quais a sua eleição pelo PTB e da cobertura que lhe vem emprestando políticos como o sr. Fernando Ferrari. E, no contrário, uma candidatura marcadamente entreguista e "lanterna". Diz o sr. Quadros, em sua carta, que há uma "absoluta identidade e comunhão de propósitos" entre os seus pontos de vista e os da direção da UDN. Quer dizer: o sr. Carlos Lacerda e o antigo espírita nazista Raimundo Padilha. Como eles, é um entreguista e um inimigo da democracia. E isto é confirmado na própria carta, ao se definir o seu nome em face de alguns problemas básicos do país.

A reforma cambial

O caso da reforma cambial. Como se sabe, o rompimento com o FMI veio tornar evidente para todos — está é uma existência básica feita pelos monopólios norte-americanos ao governo do Brasil. Em essência, o que se visa com a reforma cambial, unificando todas as operações de câmbio num mercado de taxas livres, é dificultar o desenvolvimento industrial do país, levando-nos a uma dependência ainda maior dos trustes estrangeiros e tornando mais difíceis as condições de vida para as grandes massas da população. Por isso é que precisamente do FMI parte semelhantes exigências.

Pois bem, em sua carta, como em ocasiões anteriores, o sr. Jânio Quadros se declara favorável a essa reforma, tal como fizeram, há poucos dias, na Câmara, os líderes udenistas João Agripino e Carlos Lacerda. Isto torna clara a posição do sr. Jânio diante do problema do desenvolvimento econômico do Brasil e de nossa independência frente aos monopólios dos Estados Unidos. O ex-governador paulista defende para o Brasil uma política de submissão aos trustes yanques e de paralização do seu progresso econômico.

Definido, assim, a atitude do sr. Jânio Quadros em face do debate que ainda hoje empolga a nação acerca das insistentes imposições do Fundo Monetário Jânio, como Lacerda e os nacionalistas udenistas, está com o FMI e contra o Brasil.

Defensor da Petrobrás?

Sendo há tantos anos um profissional do engodo político, pensa Jânio ser possível ainda desta vez iludir o povo para empoleirar-se no Poder. Apresenta-se agora como um partidário da Petrobrás e chega mesmo ao absurdo do cinismo dizendo-se um nacionalista das primeiras horas.

Desta vez, porém, as manobras do despojado demagogo estão fadadas ao fracasso. Em relação, por exemplo, ao problema da Petrobrás, sabem os brasileiros que não pode ser um sincero defensor do monopólio estatal quem, no mesmo tempo em que faz ingênuas declarações de apoio à Petrobrás, aceita a reforma cambial do FMI. Não é segredo para ninguém que a aplicação dessa reforma encareceria de tal modo os equipamentos de importação — inclusive para a Petrobrás — que em pouco tempo a empresa estatal de petróleo estaria estrangulada. E esta é mesmo hoje uma das táticas de que os imperialistas lançam mão para, como dizia recentemente a *Hanson's Letters* liquidar a Petrobrás por dentro.

Mas não seria preciso este argumento para provar, na questão da Petrobrás, a falta de poder do sr. Quadros e o seu abjecto entreguismo. Ainda na semana passada foram divulgados sensacionais depoimentos dos deputados Genivaldo Filho e Miguel Louza, participantes de uma reunião com o sr. Quadros em 13 de agosto do ano passado, na residência do sr. Enílio Carlos, em que o ex-governador paulista afirmara ser a liquidação da Petrobrás a sua primeira preocupação no caso de se eleger Presidente da República. Acrescentou-se que o noticiário dessa reunião foi publicado no dia seguinte pelo jornal paulista *Folha da Manhã*, sem que houvesse qualquer desmentido.

Nem é por outro motivo, enfim, que a revista *Time*, além de jornais como *O Globo* ou o *Estado de São Paulo*, apoia e recomenda a candidatura Jânio Quadros. Mas é pelo mesmo motivo que os patriotas brasileiros rechaçaram a sua candidatura em 1950.

Felinto Müller, único pró-Jânio

A reunião, na última semana, da bancada federal e do Diretório Nacional do PSD consagrou a derrota das diferentes manobras que vinham sendo postas em prática pela cúpula possedista contra a candidatura Lott. Embora não desse lugar a um pronunciamento formal, nada menos de 12 diretórios estaduais manifestaram-se pelo lançamento imediato do nome do ministro da Guerra, enquanto outros representantes, de quatorze Estados, embora exprimindo a mesma tendência, diziam aguardar ainda a decisão de seus diretórios.

Apesar de ser transferida para o dia 15 proximo a resolução oficial do PSD, parece não restar mais nenhuma dúvida de que esse partido formalizará então o seu apoio à candidatura Lott. A fórmula reacionária da "união nacional" sofreu mais uma espetacular derrota.

É interessante assinalar que na reunião conjunta da bancada com o diretório nacional apenas o sr. Felinto Müller insistiu em admitir a possibilidade de apoiar a Jânio. Foi, porém, como se estivesse pregando no deserto.

Bancos Estrangeiros Não Trazem Capitais

Mais uma contribuição para o exame do problema do capital estrangeiro acaba de ser oferecida. Câmara, através de discurso do sr. Gabriel Passos.

Tratou o representante mineiro da situação dos bancos estrangeiros que operam no Brasil. Baseado em cifras que expôs, o sr. Gabriel Passos demonstrou que essas organizações não trazem capitais para o País. Operam com capitais brasileiros e até, em 1953, enviavam seus lucros as matrizes utilizando o câmbio oficial, o que agravava o processo de exportação de capital.

Qual a vantagem que representa, para o Brasil, a atuação desses bancos estrangeiros, que operam apenas com dinheiro brasileiro, que fazem concorrência às organizações financeiras nacionais e que só emprestam às organizações industriais ou comerciais de seus próprios países?

Feita a denúncia, que importa em condenação à legislação que regula o assunto, o sr. Gabriel Passos cobrou das comissões técnicas da Câmara rápido andamento para uma série de projetos sobre modificações a serem introduzidas quanto ao funcionamento de entidades estrangeiras no Brasil e quanto à disciplina a ser imposta aos capitais estrangeiros. Esses projetos, por motivos desconhecidos, disse o orador, estão engavetados há meses ou há anos e é preciso que sejam trazidos ao plenário, pois o atraso em sua tramitação causa os maiores prejuízos à economia brasileira.

PONTA GROSSA Passeata Nacionalista

PONTA GROSSA — (PR) — (Do correspondente) — Acompanhando o desenvolvimento das lutas nacionalistas que se desenvolvem por todo o país, os estudantes paranaenses realizaram este mês várias demonstrações em defesa das riquezas nacionais.

Entre essas manifestações destacou-se a passeata realizada no dia 19 contra a Companhia de Eletricidade local.

Apoiando a iniciativa do Governador do Rio Grande do Sul encampando a CEERG, e prestando a criação da Eletrobrás para pôr fim à exploração da energia elétrica pelo truste internacional, os estudantes de Ponta Grossa realizaram o enterro simbólico da Companhia de Eletricidade local em meio ao grande apoio popular.

Foram distribuídos na ocasião milhares de exemplares de um manifesto, onde os estudantes tornam públicos os seus princípios nacionalistas.



Dep. Gabriel Passos



Coronel Crisanto Figueiredo, novo chefe de Polícia

Mãos e Vassouras

Com um comício em Porto Alegre, o sr. Fernando Ferrari, recentemente expulso da liderança do PTB na Câmara, deu início à sua campanha, por ele próprio chamada "das mãos limpas". Antes, havia comparecido a um custoso programa de televisão no Rio, fargamente anunciado através de uma propaganda ainda mais custosa.

O sr. Ferrari, em seus meliôros discursos, insiste em se proclamar o "trabalhista autêntico". Mas, dando uma mostra concreta dessa autenticidade, declarou há poucos dias na TV não existir nenhuma diferença entre as candidaturas Teixeira Lott e Jânio Quadros. Tão "limpo" é o sr. Ferrari que já não descobre qualquer diferença entre o entreguismo e o nacionalismo.

Quem esclarece a questão é, afinal, o *"Estado de São Paulo"*, que, por não ser tão "limpo", apoia Jânio e acirra Lott. Em sua edição de 28 de junho, razeando elogios ao ex-líder petebista, explica o *"Estado"*: "A Campanha das Mãos Limpas tem uma afinidade ostensiva com a vassoura do sr. Jânio Quadros". Não é preciso mais: mãos e vassouras se completam.

Deve Ser Completa a Devassa Na Polícia

Em consequência da denúncia de uma série de fatos acerca da corrupção que havia desenfreada no DFSP e do início de sua apuração por uma comissão parlamentar de inquérito, foi obrigado a demitir-se da chefia de polícia o general Amauri Kruehl. Como é de praxe, acompanharam no mesmo gesto os seus auxiliares imediatos, inclusive o famoso coronel Danilo Nunes, conhecido por suas tropelias anticomunistas.

As denúncias sustentadas contra a polícia ligam-se a vergonhosos escândalos em que aparecem como figuras de proa vários dos mais categorizados funcionários do DFSP. São escândalos que se referem particularmente à extorsão de que vinham sendo vítimas os comerciantes cariocas, obrigados, sob o peso de intimidações e violências, a entregar quantias cada vez mais elevadas para a "caixinha" dos "gangsters" policiais. O bando atuava como já esta provado, segundo uma organização vasta e metuculosa, cujo centro diretor tinha sede, com absoluta liberdade de movimentos, no próprio gabinete da chefia de polícia. E para assegurar mais ampla imunidade à gang, um filho do general Kruehl, de nome Nei, era um dos seus integrantes e principais beneficiários.

É necessário salientar que fatos indecorosos dessa natureza não são de hoje, tanto na alta hierarquia policial como em outros setores da administração. A verdade é que a corrupção vem caracterizando muitos serviços públicos, onde se sucedem escândalos sobre escândalos, sem que os seus responsáveis, freqüentemente, sofram as devidas punições. Se as denúncias sobre o gangsterismo policial alcançaram desta vez a repercussão que estamos presenciando, isto se deve sobretudo, à coragem como que algumas vítimas da "máquina" infernal se dispuseram a en-

frentar todas as possíveis represálias, em defesa de seus legítimos interesses. Pretendendo defender os seus pupilos, encontrou-se o general Amauri Kruehl numa posição insustentável, não tendo outra alternativa senão exonerar-se, imediatamente com o sr. Meneses Cortes — do qual as lideranças reacionárias da UDN procuram tirar proveito — não foi senão a grã-degala que fez o copo de um "carvalho transbordar".

Agora, quando os gravíssimos fatos apontados contra os mandos do DFSP são do conhecimento da opinião pública e não encontram qualquer contestação, e quando está em andamento um inquérito parlamentar sobre a corrupção policial, chegou o momento em que se faz indispensável uma devassa em regra em torno das extorsões, do peculato e outros crimes que vêm sendo praticados sistematicamente nas altas esferas da polícia federal, não apenas durante a gestão agora finda do general Kruehl, mas igualmente dos seus antecessores, inclusive o sr. Meneses Cortes. Com efeito, não é de hoje que o DFSP se converteu num antro de negócios e especulações, que enriquecem da noite para o dia extorquindo comerciantes, explorando o jogo e o lenocínio, cometendo enfim toda espécie de ilegalidades. Em relação mesmo ao período do sr. Meneses Cortes — que hoje se fantasia com a austeridade de vestal da UDN — pesam graves acusações ainda não devidamente apuradas. E recente a denúncia do detetive Perpetuo Freitas da Silva, em carta aberta ao sr. Meneses Cortes, apontando-o como o criador da arrecadação de propinas dos comerciantes da rua Uruguiana, além de outras imoralidades. O sr. Meneses Cortes, atualmente deputado udenista, e graças à eterna vigilância dos líderes Lacerda e Agri



Sem dúvida um dos grandes acontecimentos dos últimos dias foi o discurso do sr. Meneses Cortes na Câmara. Quando o representante udenista anunciou que teria um relato irio dos acontecimentos em que esteve envolvido, ninguém supôs que esse relato fosse realmente isento de emoção. No dia em que o ex-chefe de polícia do dr. Café Filho subiu à tribuna ainda eram desconhecidos os resultados do exame de corpo de delito a que havia sido levado o antigo titular do DFSP: Globo ocular íntegro. Equivocose roseo-violácea alongada com cinco centímetros, em direção oblíqua na região peribotânica direita. Outra paralela com as mesmas características.

A descrição, feita assim em termos anatomicos perde o colorido. Por isso o relatório do próprio sr. Meneses Cortes foi mais interessante, como documento. Sim, o globo ocular apresentava-se íntegro. Mas o sr. Cortes, com um sorriso nos lábios, convenceu a Câmara de que seu sucessor na Polícia, o general Kruehl, quebrara lhe os óculos.

O detalhe dos óculos é importante e não pode ser devidamente apreciado, por nenhum leigo ou observador leviano. Quando descrevia o corpo de delito que manteve com o general Kruehl, o sr. Meneses Cortes, dirigindo-se ao atento plenário da Câmara, informou que depois de separados os vidros contedores, a ele se dirigiu o coronel Danilo Nunes. Houve um "suspense" nas diversas bancadas. Que iria fazer, naquela emergência, a vítima da repressão ao credo vermelho?

Devolvamos a palavra ao general Cortes: "O coronel Danilo Nunes aproximou-se de mim. vindo da fundo da sala, que é ampla. Curvou-se, apANHOU qualquer coisa no chão, que me entregou. Eram meus óculos partidos". Foi aí que o sr. Aloisio Nogueira, de mais bofes e cara de poucos amigos, apartou: "Depois disso Vossa Excelência, em Alegria, não seria eleito nem vereador".

Mas nem tudo na vida são tristezas. Atônito a toda campanha dos sacerdotes católicos de Ubatuba, que desejam abolir a batina fora da igreja, Nesse sentido dirigiram-se ao bispo diocesano e também, como compete, ao Núcleo Apostólico, pois a igreja é cosmopolita, com supremo comando em Roma.

Dizem os padres tranguilinos, justificando sua reivindicação: "A substituição da batina por outra veste mais simples, em nada afetará a santidade do clero, uma vez que o espírito sacerdotal está adveigado na sólida formação da personalidade do padre, e não na batina".

O argumento é irresponsável. Não é a batina que faz o padre. Vejamos os padres de Eça. Todos iguais quanto ao habito. Mas que diferença de conduta entre o bom padre Soares, de um lado, e do outro lado o rancioso Natário, o sinistro Amaro e o velho pecador que era o congo Dias, cuja intimidade com a São Juaneira tanto se comentava em Leiria.

ESTADO DO RIO

Encampação Da Bond And Share

O II Congresso dos Trabalhadores Fluminenses, encerrado na noite de 30 de junho passado, no Teatro Municipal de Niterói, resolveu desenvolver uma campanha de esclarecimentos e de luta pela encampação da Companhia Brasileira de Energia Elétrica. Esta empresa, subsidiária da Bond and Share, desde 1930, quando terminou o seu contrato com o Governo, deveria ter entregue todos os seus bens ao Estado, sem nenhum ônus para o povo, mas políticos, a serviço dos interesses do poderoso truste, permitiram, numa época em que tudo lhes era fácil, que a Bond and Share, sob a denominação de Companhia Brasileira de Energia Elétrica, continuasse a explorar a população fluminense, sabotando, principalmente, o desenvolvimento do seu parque industrial.

Monopólio dos trustes

No Estado do Rio, existem 29 usinas de produção de energia elétrica, mas 97,24% do total da energia produzida e distribuída são monopolizados pela CBEE (Bond and Share) e Light, que mantêm e controlam absoluto sobre o parque industrial fluminense, cujo desenvolvimento é entravado, em grande parte, pela ação nefasta dos referidos trustes.

TRABALHADORES FLUMINENSES, EM CONGRESSO, RESOLVERAM INICIAR UMA CAMPANHA DE ESCLARECIMENTOS E DE LUTA

Ha pouco tempo, uma firma industrial era impedida de montar em Nova Iguaçu uma fábrica de zinco, destinada a suprir todas as necessidades do mercado nacional, porque lhe foi negado o pedido de instalação de força. Em outros municípios fatos idênticos tem ocorrido.

A exemplo do que realiza em outras áreas onde opera, a Bond and Share, segundo foi denunciado, exige que o futuro consumidor financie todos os serviços de instalação, pagando, inclusive, 30 mil cruzeiros por poste colocado. Assim, operando com capital alheio, que lhe é obrigatoriamente doado, o truste consegue obter lucros fabulosos. As custas do sacrifício da população que, apenas entre setembro de 1957 e os dias atuais, passou a pagar um aumento de 106% sobre as antigas taxas de força e luz.

Comissão permanente

Para assegurar o êxito da decisão do II Congresso, de lutar pelo tombamento dos

bens da CBEE e sua consequente encampação, resolveram os trabalhadores fluminenses criar uma comissão permanente, destinada a esclarecer a opinião pública sobre os direitos do Estado e de colaborar com o governador Roberto Silveira em todas as medidas destinadas a acabar com o monopólio particular da energia elétrica no Estado do Rio.

A comissão, de acordo com o que deliberou o II Congresso, deverá ser ampliada com a participação de representantes da indústria, do comércio, de associações estudantis e patrióticas, de parlamentares, engenheiros e demais técnicos interessados na encampação do território fluminense.

O contrato da CBEE

Segundo tese apresentada no II Congresso dos Trabalhadores Fluminenses, e amplamente debatida pelos delegados, o contrato da CBEE com o Governo do Estado

terminou desde 1930, mas a influência da poderosa empresa se fez sentir junto ao Governo, que preferiu fazer nova concessão. Em 28 de janeiro de 1935, quando a opinião pública já começava a pressionar as autoridades visando a encampação da C.B.E.E., a Assembleia Legislativa votou uma Lei autorizando o Governo a desistir de se apoderar do patrimônio do truste, em virtude de o decreto contratual n. 931, de outubro de 1905, estabelecer em sua cláusula 20 que:

"Fundo o prazo de privilegio revertido para o Estado, sem indenização alguma, todas as obras, terrenos, edifícios, minas de gás e de eletricidade, instalações, canalizações, rede de distribuição pública e particular até os medidores, postes, lâmpadas e seus aparelhos de iluminação pública, rede de distribuição para outros mistes que não os de iluminação, motores a vapor, geradores de energia elétrica se houver, contratos feitos com outrem para suprimento de energia elétrica pública e particular."

Desde 1930, portanto, que o Governo poderia ter entrado na posse dos bens da CBEE, sem que para isso lhe pagasse coisa alguma.

A cláusula 51 do referido contrato estabelece que a sua continuação em mãos da contratante para dele usar



Aspecto de uma das sessões plenárias do II Congresso dos Trabalhadores do Estado do Rio, que se reuniu de 27 a 30 de junho no Teatro Municipal de Niterói

ate o fim do presente contrato, e uma simples concessão que lhe faz o Estado."

Mas o ex-governador Amador Peixoto preferiu, quando faltavam apenas oito meses para expirar o prazo da nova concessão, desistir desse direito do Estado e apresentar a CBEE com o patrimônio já pertencente a população fluminense.

Contra esse crime, que se levantam os trabalhadores fluminenses, exigindo do atual governador Roberto Silveira a adoção de medidas imediatas visando ao tombamento dos bens da subsidiária da

Bond and Share e sua consequente encampação.

Apoio a J. K.

Outras resoluções importantes foram adotadas pelo II Congresso dos Trabalhadores do Estado do Rio, que se reuniu de 27 a 30 de junho, no Teatro Municipal de Niterói. Os congressistas aplaudiram a ação do Governo Federal junto ao Fundo Monetário Internacional, voltaram a exigir das autoridades competentes a adoção de medidas de reforma agrária e

de proteção aos trabalhadores no campo, a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social e do Direito de Greve, medidas de proteção a indústria nacional e de limitação das remessas de lucros das empresas estrangeiras para o exterior, ampliação do comércio exterior brasileiro, plano concreto de combate a carestia de vida, participação dos trabalhadores nos órgãos encarregados do abastecimento e do controle de preços e outras medidas de interesse particular dos trabalhadores e do movimento sindical fluminense.



Um grupo de delegadas tecelãs ao I Congresso Nacional de Operários Têxteis, em pose especial para NOVOS RUMOS.

FABRICAM O PANO QUE NÃO VESTEM

OPERARIAS TÊXTEIS (DELEGADAS AO I CONGRESSO NACIONAL) FALAM DE SEUS PROBLEMAS

Reportagem de ANA MONTENEGRO

fábrica, o título honroso de trabalhadora, mas não perdeu as características femininas e o mais glorioso de todos os direitos: o direito de ser mãe.

Formalmente, num capítulo especial da Consolidação das Leis do Trabalho, são resguardados os direitos da mulher que trabalha, mas, na prática, a parte maior dos lucros patronais saem dos metros de pano manipulados por rápidas mãos femininas, que já levam ao começar o dia de trabalho o cansaço das tarefas domésticas cumpridas de noite quando chegam em casa, ou de madrugada, antes de sair. Segundo um censo realizado pelo IAPL as trabalhadoras da indústria recebem somente 60% do salário pago aos trabalhadores.

Depois da última guerra, os industriais do tecido, que haviam ganho importantes mercados durante os anos de conflagração, perderam-nos e vêm alegando, desde então, que essa indústria está em crise, agravada com a diminuição do mercado interno. E uma tese que merece contestação, pois, na realidade, o que há é que não se conformam com lucros razoáveis e com o fato de que não poderão em tempos normais alcançar aqueles extraordinários índices,

operários na oportunidade de um conflito mundial.

Ritmo de trabalho

Conversando com representantes de vários Estados, especialmente de São Paulo, Pernambuco, Paraná e daqui do Distrito Federal, sentimos que em todas as reclamações, o elemento o ritmo acelerado e desumano de trabalho exigido como uma compensação a crise, não foi palado pelos industriais. E no sustento, só pelo pagamento de salários, em milhares de metros de pano, apreendidos como de fuligem, mas que depois são postos à venda. E se bisarcado as mulheres, com um número de máquinas superiores às suas forças, é a transferência de fábrica para fábrica, como em São Paulo, nas Indústrias Manacá, procurando um ajustamento que corresponda a uma produção acima das possibilidades físicas. E na mudança dos cartões relativos ao artigo produzido, isto é, o operário produz um tipo de tecido mais caro e o cartão colocado no tear é de tipo inferior, mais barato a mão-de-obra. E fechando as torneiras uma hora antes de encerrar o expediente,

te, proibindo, assim, que o tecido possa ser lavado por alguns minutos, nem mesmo para beber água. E forçando os acordos com os mais antigos e substituindo-as por menores, para lutar com a diferença de salários. E demitindo mulheres grávidas, por causa da licença de algumas semanas, que teriam de conceder por ocasião do parto. E assim por diante.

Quando até o direito de ser mãe

Julia Santiago, líder têxtil em Recife, foi quem nos apresentou a quase duas dezenas de delegadas, cujas histórias, queixas, reivindicações e protestos não caberiam aqui.

E quanto as operárias paulistas, ligando as denúncias ao ritmo de trabalho, reclamam contra a perseguição individual exercida no sentido de obrigá-las a entrar em acordos humilhantes, à dispensa de mulheres em estado de gestação — as trabalhadoras pernambucanas, em sua grande maioria, não estão, ainda, nem recebendo o salário mínimo local, os problemas gerais não dizem muito. Em São Paulo como em Pernambuco, como no Distrito Federal, grande número de fábricas não dispõe de creches, de banheiros, de água filtrada, de vestiários. No entanto, as têxteis pernambucanas reivindicam, especialmente, a instalação de refeitórios, sem os clássicos banhos de pedra. Os patrões costumam dizer que é falta de hábito o abandono dos refeitórios existentes em alguns locais de trabalho. Mas quem se habituaria a comer sentado na umidade?

Temos, ainda, na parte das condições criadas para que as trabalhadoras se desloquem e larguem o emprego, aqui no Distrito Federal, também o caso das transcrições. As mulheres que trabalham no

Caju, morando nas proximidades, foram renovadas, sem consulta, para bairros distantes, pela Mavilis e pela Bonfim, onde tocam 2 reais e veem peças de 20 metros serem condenadas a pretexto da existência de defeitos. E a propósito nos diziam:

— O pano não serve para que nos paguem, mas serve para ser vendido!

E nas fábricas do Distrito Federal, Fábrica Cruzeiro, por exemplo, que os trabalhadores bebem água de poço, nas vizinhanças de Iôda a fiscalização sanitária?

Trabalhadoras da Cia. Manufatura Fluminense, do Estado do Rio, repetem a velha denúncia: «Operária não tem o direito de ser mãe!» E continuam, como de costume:

— Acredite a senhora que muitas escodem até o casamento, mas quando ficam grávidas não têm remédio. Não mesmo é para a rua.

No Estado do Rio, o horário de trabalho inclui horas noturnas, o que é proibido pela CLT. Também não têm banheiro e nem local para mudar a roupa.

Como se vê, os direitos da mulher trabalhadora não passam de um capítulo de lei. E a pergunta — Por que vocês não recorrem ao Ministério do Trabalho? — respondem imediatamente como o faz uma operária de Juiz de Fora:

— Pra quê? Os processos de indenização e acordo levam até dois anos na Justiça do Trabalho, e enquanto se arrastam a gente vai trabalhando na base que o patrão quer, e recebendo o que nos deve a prestação.

Sindicatos Contra FMI

Governo deve seguir nova política externa

SANTO ANDRÉ (do correspondente) — O Pacto de Unidade Inter-sindical, representando os trabalhadores do ABC, Mauá e Ribeirão Pires, endereçou uma telegrama ao Presidente da República hipotecando-lhe apoio pela sua conduta junto ao Fundo Monetário Internacional e reclamando-lhe o início de uma nova política exterior de comércio com todos os países que conosco queiram negociar.

O telegrama é assinado pelos presidentes dos seguintes sindicatos de trabalhadores: Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Santo André; Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de Santo André, S. C. do Sul e S.B. do Campo; Ina. da Construção e Mobilidade de S. Gerardo de V. e Indústria Metalúrgica de Santo André e de Material Elétrico de S.

B. do Campo, R. Pires e Mauá; Indústria de Fiação e Tecelagem de S.B. do Campo; Indústria de Fiação e Tecelagem de Santo André, Mauá e Ribeirão Pires; Indústria de Construção Civil de S.C. do Sul; Indústria Metalúrgica de S. C. do Sul; Indústria e Tecelagem de S.C. do Sul; e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil, Cerâmica, Marcenaria, Serraria e Similares de Santo André, Mauá e Ribeirão Pires.

DO R. G. DO NORTE

Também os trabalhadores na Indústria de Construção Civil do R.G. do Norte, reunidos em assembléia em sua sede do seu Sindicato, soberam endereçar telegrama ao Presidente da República, apoiando sua conduta frente ao FMI.

Respeito à mulher trabalhadora

Durante a realização do I Congresso Nacional de Têxteis, procuramos nos informar sobre esses problemas que poderiam ser reunidos em apenas um respeito à mulher que trabalha, à mulher que adquire, no momento em que atende ao apito de uma

REATAMENTO COM A URSS

MOÇÃO DA CÂMARA DE PELOTAS

PELOTAS — RGS (do correspondente) — No dia 17 último, reuniram-se na Câmara dos Vereadores, para discutir a urgente necessidade do tombamento dos bens da The Rio-Grandense Light and Power, a fim de encampá-la, representantes do PTB, PSD, PSP, PR, presidentes dos Sindicatos locais, líderes estudantis e representantes da imprensa, além de inúmeras outras pessoas interessadas na questão. Após os debates foi organizada uma comissão para dirigir as atividades nesse sentido.

A Câmara Municipal, no dia 19, realizou uma importante sessão, na qual foram aprovadas unanimemente uma moção congratulando o governador Leonor Brizola pela encampação da

CBEE e um pedido de nomeação de uma Comissão para o Tombamento Unilateral da Light. Na mesma sessão, os vereadores aprovaram duas moções dirigidas ao Presidente da República: uma de solidariedade por sua atitude diante do FMI e outra indicando a necessidade de reatamento de relações comerciais com a URSS.

A Comissão Organizadora no reunião do dia 17 lançou um Manifesto definindo o sentido da campanha e resolveu realizar, de 1 a 7 de julho (Semana em homenagem à Semana do Tombamento e da Encampação), cujo encerramento será marcado por um grande comício, para o qual já foram convidados os senhores Leonor Brizola e Wilson Vargas.

CAMPANHA NACIONAL CONTRA A CARESTIA DA VIDA

Refletindo a inquietação crescente entre os trabalhadores e suas famílias, cujo nível de vida vem baixando aceleradamente nestes últimos meses, os sindicatos sediados nesta capital, reunidos nos dias 22 e 23 últimos, a convite do Conselho Consultivo Regional da CNTI, resolveram adotar novas medidas destinadas ao desencadear de uma campanha de âmbito nacional contra a carestia.

Na reunião, que contou com a participação de representantes de trabalhadores da indústria, comércio, estabelecimentos bancários, transporte, marítimos e outros, foi amplamente debatida a necessidade de serem revistos os atuais níveis de salário dos trabalhadores que, em várias oportunidades, têm demonstrado o seu apoio ao governo mas, por outro lado, têm deixado claro não estarem dispostos a carregar nas costas as consequências da sua desastrosa política econômica e financeira, cujos resultados se fazem sentir sobre a massa trabalhadora através da ináudita encarecimento do custo da vida.

das mercadorias continuaram a subir mesmo depois das anunciadas medidas de contenção do custo da vida adotadas pelo Governo após a orgia de aumentos que se verificou durante os meses de janeiro e fevereiro e da consequente reação dos trabalhadores de todo o país, particularmente de São Paulo, onde os dirigentes sindicais chegaram a projetar a «marcha da fome ao Catete», com o apoio dos estudantes das casas-de-casa e de setores da indústria e do comércio.

O Governo procurou combater a situação, mas não adotou as medidas sugeridas pelos trabalhadores que indicaram a necessidade de uma mudança na sua atual política econômica e financeira; a ampliação do comércio exterior e a participação direta das entidades sindicais nos órgãos de controle de preços e de abastecimento. Os trabalhadores abriram naquela época um crédito de confiança ao Governo, mas a situação continuou a agravar-se.

janeiro a 30 de abril passado, em 22,2%.

No Distrito Federal, de acordo com a publicação de maio último de «Conjuntura Econômica», o custo da vida subiu em 18,3%, enquanto o preço da alimentação, em particular, sofria uma alteração de 24,4%. A recente elevação do preço do gás e da força e luz, e o projetado aumento de 40% nas tarifas de bonde e ônibus, agravaram ainda mais a situação das massas trabalhadoras no Distrito Federal.

No Rio Grande do Sul, segundo carta que nos enviou o sr. Euclides Rosa, a situação não é diferente. Este leitor, valendo-se da indicação de um nutricionista local, chegou à conclusão de que uma família com dois filhos menores, só para se alimentar necessita de Cr\$ 8.011,20, de acordo com os preços vigentes em Porto Alegre em abril último. O salário mínimo nessa cidade, entretanto, é de 5 mil cruzeiros.

Nos Estados do Norte e Nordeste a situação é ainda pior, pois o salário mínimo, quando foi decretado, não correspondeu nem mesmo às necessidades da época.

Fatos

Na cidade de São Paulo, segundo conclusões do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socio-econômicos, o custo da vida aumentou, de 1 de

Medidas

Diante dessa situação, resolveram os dirigentes

Salários superados

Constataram os dirigentes sindicais que os preços

DEFENDE TEU DIREITO

B. CALHEIROS BOMFIM

Correspondência para: NOVOS RUMOS ou Rua São José, 50

Abandono de emprego

O empregado que, por não se sentir apto para o trabalho, recorre do ato de licitude, que lhe deu alta, deve comunicar esse fato ao empregador. Se não o fizer, pode estar incorrendo em abandono de emprego, caso a instituição de previdência não tenha atendido o pedido de reconsideração da alta. Esse tem sido o entendimento dominante nos tribunais trabalhistas.

Adicional noturno

O acréscimo de 20% para o trabalho noturno, entendido como tal o executado entre 22 e 5 horas, é devido a todo empregado, independentemente de sua atividade profissional. A Constituição é expressa, mandando remunerar o serviço noturno com salário superior ao diurno, sem admitir qualquer exceção. Logo, não há razão para excluir desse benefício certas categorias de trabalhadores, como, por exemplo, o vigia, nem tampouco recusar o adicional no caso de preceito o empregado mais do que o salário-mínimo. As restrições dessa natureza, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, foram revogadas pela Constituição de 1946. Infelizmente, a Justiça do Trabalho e o Supremo Tribunal Federal ainda vacilam sobre o assunto, decidindo ora, em um sentido, ora em outro. Ainda bem que os juizes trabalhistas, demonstrando maior sensibilidade à questão, têm se inclinado pela prevalência do princípio constitucional.

Ajuda de custo

A verba paga a esse título, quando realmente destinada a reembolsar o empregado de despesas extraordinárias que lhe obrigam a fazer no desempenho de sua atividade, só se integra no salário, segundo a lei, quando sua in-

portância seja superior a 50% do salário. Nesta hipótese, então, constituirá parte integrante desse, para o efeito de indenização, no caso de despedida injusta. Todavia, em um ou outro caso, não pode o empregador surtir o efeito de custo, obrigando o empregado a efetuar por sua conta as despesas de transporte, hotéis, etc., porque com isso estaria alterando, em prejuízo da outra parte, uma cláusula do contrato de trabalho.

Alimentação

Pode o empregador, que fornece almoço, jantar e lanche ao empregado, descontar-lhe até 50% do salário-mínimo. Todavia, depois da Lei 3.030, de 19-12-56, os estabelecimentos que servem refeições aos empregados, preparando-as no próprio estabelecimento (restaurantes, hotéis, etc.), só poderão descontar pela alimentação completa 25%. Contudo, se a empresa sempre fornecer gratuitamente refeições ao empregado, não pode, depois, a pretexto de que a lei sobre o salário-mínimo lhe permite, efetuar qualquer desconto pelas mesmas. Isso porque se entende que a gratuidade, garantida desde a admissão do empregado, constitui um ajuste contratual tácito.

Alteração contratual

O contrato de trabalho, ajustado por escrito ou verbalmente, só pode ser alterado pelo consentimento de ambas as partes e, ainda assim, — diz a lei, — se não resultar prejuízo para o empregado. As alterações, mais graves, no entendimento da Justiça, são, entre outras as que acarretam redução de salário, mudança e relaxamento de categoria profissional. A alteração, que é também uma violação do contrato, dá motivo a que o empregado reclame na Justiça o restabelecimento da condição alterada ou a rescisão contratual, com o pagamento das indenizações.



Mulheres, com crianças ao colo, velhos e jovens lavradores, todos participaram da passeata e da assembléia.

“NÃO COMEMOS CAPIM QUEREMOS PLANTAR CEREAIS”

CINCO MIL CAMPONESES, ROMPENDO A BARREIRA POLICIAL, FUNDAM A ASSOCIAÇÃO DOS LAVRADORES DE SANTA FÉ

SANTA FÉ DO SUL, junho — (Da enviado especial) — Apesar do clima de terror aqui instaurado, das violências e da pressão exercida pela polícia, os lavradores da região realizaram, a 14 último, nesta cidade, a assembléia que fundou a Associação dos Lavradores da Comarca de Santa Fé do Sul, aprovou os seus estatutos e elegeu a sua primeira diretoria.

A realização da assembléia constituiu uma etapa vitoriosa na luta dos camponeses de Santa Fé do Sul, ameaçados de serem expulsos das terras que ardearam, quem os ameaça é o fazendeiro Zico Diniz, que, mediante o delegado Mareal, e pelo juiz Sinésio Luiz de Paiva, manda os seus fazendeiros plantarem capim nas terras que os lavradores ardearam e onde cultivam o milho, o arroz e o feijão.

Os sindicatos de São Paulo que se encontram na cidade, distribuíram os 50 delegados, procurando combater as ilegalidades que vinham sendo cometidas. Este, então, permitiram que não quisessem impedir a realização da assembléia, mas pediram o transporte de passageiros em caminhões.

Com o auxílio de um tanque militar de São Paulo, os lavradores romperam a barreira dos policiais e multiplicaram os camponeses, como prova de que não desistiram de lutar. A assembléia foi realizada em um campo onde havia um grande número de lavradores, plantando cereais e onde se realizaram as atividades agrícolas.

demais lavradores e da população local. A avenida principal foi atravessada pelos manifestantes sob os aplausos do povo. O Prefeito e o líder João Conde foram a massa entusiástica da zona a primeira vitória da luta.

Delegado volta é ofensiva

Desesperado com o rumo dos acontecimentos, o delegado volta a ofensiva por parte para impedir a realização da assembléia; resolveu reunir todos os lavradores que queiram entrar na cidade local do ano, porém, então, uma imponente apreensão de camponeses para plantar milho, os próprios auxiliares do delegado chamaram no momento para o trabalho e que se recusaram a obedecer. Foi o delegado desistiu da tarefa.

A assembléia

Com o clima superlotado de gente na praça, milhares de camponeses, cerca de 5 mil pessoas, foram, então, finalmente a assembléia dos lavradores, presidida pelo delegado João Conde. Prádo, que se fez a assembléia, na mesa presidida por João Conde, presidente do ULTAB, o presidente Sebastião de Souza, Presidente do PTB local, Bruno da Silva, líder adido do PTB local, Roberto Vale, delegado adido, e pelos dirigentes sindicais, políticos, e a Brasil de Porto Alegre, José Naves, dos Santos e Maria Córdova.

Na assembléia, foram aprovados os estatutos da entidade, nomeando a sua primeira diretoria para a qual foi eleger João Conde, presidente, Sebastião de Souza, primeiro vice-presidente, Bruno da Silva, segundo vice-presidente, Roberto Vale, delegado adido, e pelos dirigentes sindicais, políticos, e a Brasil de Porto Alegre, José Naves, dos Santos e Maria Córdova.

Ambiente de terror

Zico Diniz e seus protutores, tudo fizeram para impedir a realização da assembléia. Inúmeros policiais e dois tipos carregados de investigadores percorriam ostensivamente as ruas da cidade procurando atemorizar a população. Os chefes do poder do latifundiário, os lavradores, uma semana antes, haviam se dirigido à capital, a fim de pedir garantias ao governador Carlos Lina Pinto.

O delegado de polícia da cidade, Mareal Ludizian da Silva, não escutou o seu propósito de impedir a realização da assembléia. Em lugar de consideração de liberdade de sua profissão, ele estava disposto ao massacre de lavradores para impedir que os mesmos se organizassem para a defesa dos seus direitos. Para tanto, impedidos de chegarem ao local da assembléia.

Solidariedade operária

Solidariedade da situação e deputado Luciano Lepera e uma comissão de dirigentes

Remperam o cerco

Pressionado pela ação de deputados, a polícia desistiu de impedir a realização da assembléia. Os lavradores romperam o cerco e chegaram ao local da assembléia.



O prefeito Dorivaldo da Silva Prádo (à direita) foi receber no Estádio de Santa Fé os lavradores. Ao seu lado centro: João Conde Neto, presidente da Associação

ATÉ 3 DE OUTUBRO

ROBERTO MORENA

Neste ano já se realizaram vários Congressos e Conferências de trabalhadores. Outros estão em preparo. A maioria das resoluções são constituídas de reivindicações dos programas e planos anteriores. Muitas dessas resoluções não foram cumpridas porque não chegaram até a base, isto é, as fábricas nos locais de trabalho. Em todo esse processo já efetuado, não houve preocupação com a arregimentação sindical, com o necessário aumento do eletivo quadro de associados. E isto tem prejudicado muito a ação dos órgãos sindicais e, em consequência, muitas das decisões tomadas não puderam ser postas em prática.

Um dos problemas que mais tem preocupado as massas trabalhadoras é o da prevalência social, que também se incumbe da assistência social, da e deficiente. E falta. Há nela grandes crises que causam prejuízos a seus contribuintes. Já foram apontados esses erros e falhas. Mas até agora não foram corrigidos e nem sequer tentaram iniciar sua correção. Todas as esperanças estão voltadas para a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social, que dormita no Parlamento, estando agora emendada no Senado Federal. Há mais de 12 anos esse projeto foi examinado, emendado, substituído, modificado, etc. E há ainda os senadores que dizem que não podem aprová-lo porque não querem votar no "besteira".

Por que procedem assim? Por que zombam dos seus próprios compromissos? Por que falam ao seu dever? A resposta está no pensamento de todos os trabalhadores. Falta uma nova energia, unidade e macia do movimento sindical para reclamar dos legisladores que acabem de vez com tanta e tão injusta procrastinação. Foi neste sentido que a "trabalhadora" do dia 22 de maio, passado se pronunciou. Com o compromisso de dirigentes de vários Estados e também da alta direção da CNTI, decidiram lançar uma nova e ampla campanha para ser aprovada a lei orgânica da previdência social e a regulamentação do direito de greve até o dia 3 de outubro de 1959, adotando a resolução do 1.º Congresso Nacional dos Trabalhadores Textéis.

Mesmo para isso é necessário uma verdadeira mobilização continuada e sem interrupção até à vitória. Cabe aos dirigentes e delegados não apenas pronunciarem uma dia sem receber cartas, telefonemas, telegramas, etc. Tudo isso será a grande base para a preparação do Dia Nacional da Previdência Social e do Direito de Greve a 7 de agosto próximo. Nesse dia, em todo o território nacional os trabalhadores organizarão quinhentos e mais comitês de prevalência social e do direito de greve, com clusulas até 1 de outubro de 1959.

Logo e não o tempo, os trabalhadores devem redobrar do seu sentimento de luta, disciplina e das condições que empurram com seu dever. Se assim fizermos, a 1 de outubro conquistaremos uma grande vitória da unidade dos trabalhadores do Brasil.

DEVE SER COMPLETA A DEVISSA NA POLÍCIA

(Conclusão da 3.ª pag.)

pleno guiado à posição de Vice-presidente da comissão parlamentar de inquérito sobre a corrupção policial da qual, como se vê, ele também é parte, tem que abrir mão dessas absurdas prerrogativas para ocupar a posição que de fato lhe pertence: de réu e não de juiz. De outro modo, o inquérito perderá toda seriedade, uma vez que suas conclusões serão parciais e favoráveis.

A devassa no aparelho policial de corrupção terá que ser completa e rigorosa.

Quando o coronel Cassiano Miranda, novo chefe de polícia, o que se espera de que ele tome a peito a tarefa de pôr termo à corrupção, até agora desferida, na altas esferas do DESP, sem acobertar quem quer que seja. Esta é uma condição preliminar para que o novo chefe de polícia não inicie os seus passos sob o signo da desmoralização nem consiga que sobreviva a uma situação diabólica da rua do Relato.

MOAGEIROS

Com 622 votos, foi eleito a nova Diretoria da Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Trigo do Distrito Federal. A eleição foi feita em uma assembleia realizada no dia 14 de maio, no salão da Associação dos Trabalhadores do Trigo do Distrito Federal. A posse da nova Diretoria, esta programação para o dia 20 do corrente.

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA:

FORD E GENERAL MOTORS TÊM A PARTE DO LEÃO



Das veículos produzidos pela indústria automobilística no Brasil, exceção feita dos caminhões FNM, o automóvel DKW-Vemag é o que tem, realmente, maior parcela de nacionalização: do capital da empresa, 30 por cento são estrangeiros e 70 por cento nacionais.

Nove fábricas de automóveis acham-se em funcionamento no Brasil e desde 1957 até 30 de abril último foram produzidos mais de 120 mil veículos de diferentes tipos. A indústria automobilística no Brasil é, portanto, uma realidade. Partindo do seu atual estágio que perspectivas oferece ela do ponto-de-vista do desenvolvimento independente da economia nacional? É o que tentaremos responder nesta reportagem.

DOIS TIPOS DE DESENVOLVIMENTO — O CAPITAL DAS DIVERSAS EMPRESAS FABRICANTES DE AUTOMÓVEIS NO BRASIL — FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES: UM ÊXITO QUE PRECISA SER DEFENDIDO — A MAIOR AMEAÇA VEM DOS TRUSTES AMERICANOS

Reportagem de JOSUE ALMEIDA

General Motors e a International Harvester. Desse modo, não se pode considerar a indústria automobilística como um todo, mas é preciso examinar cada caso de per si. Em poucas palavras, diremos que o desenvolvimento obtido por esse processo é muito mais penoso, mais caro ao país, quando não acarreta consequências piores.

DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO

Um ponto é pacífico: permanecem de pé as críticas feitas ao governo por alguns setores nacionalistas no tocante à forma de implantação dessa indústria no Brasil. Do ponto-de-vista dos interesses nacionais, não se pode colocar um sinal de igualdade entre a indústria automobilística e empresas como a Petrobrás, a Cia. Nacional de Alcaali, Volta Redonda e uma série de outros empreendimentos privados de porte existente no país. Por um motivo bem simples: no caso destas últimas qualquer progresso que alcançarem significa também, progresso para o país, o lucro que elas auferem contribui para o nosso desenvolvimento ou, na pior das hipóteses, não saem do país; já com a indústria automobilística as coisas se passam de outro modo. Todas as fábricas de automóveis — a Fábrica Nacional de Motores constitui um caso à parte como veremos — são constituídas por parcelas de capital estrangeiro, o qual nelas detém posições que vão de minoritárias à totalidade dos recursos, como sucede com a Ford, a

DUAS TENDÊNCIAS

Os que criticam o modo como foi implantada entre nós a indústria automobilística apresentam como argumento que seria mais conveniente ao Brasil organizá-la a partir da indústria de autopeças, que se formou no país desde a última guerra, já alcançou o número apreciável de mais de mil empresas e cujo capital é predominantemente nacional.

O CAPITAL DAS EMPRESAS

A composição do capital das diversas empresas auto-

mobiliticas tem sofrido alterações, desde que foram constituídas e atualmente, em percentagens, é a seguinte:

Table with 2 columns: Empresas, Capital Nacional, Capital Estrangeiro. Rows include Fábrica Nacional de Motores, Vemag, Willys-Overland, Mercedes-Benz, Volkswagen, Ford, General Motors, and International.

Além das empresas que figuram no quadro acima, elaborado por NOVOS RUMOS, existem quatro outras que tiveram seus projetos aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística (G. E. I. A.). São elas a Simca, a Borgward, a Toyota e a Romi. As três últimas são consideradas sem possibilidade de vingar no Brasil e a Romi, em particular, já retirou o projeto que apresentara ao GEIA. Quanto à Simca, trata-se de poderosa empresa, com fábrica na França, cujo capital pertence parcialmente à Ford (16%) que a vendeu a um grupo francês. A principal figura deste grupo tem laços de parentesco com um dos maiores magnatas da empresa italiana Fiat que, como se sabe, está profundamente vinculada à General Motors.

No Brasil, a Simca, entre outros apoies, conta com o deputado Maranhês Pinto,

presidente da UDN e grande banqueiro. Os projetos da empresa para a instalação de fábricas no Brasil acham-se bastante atrasados e, provavelmente, ela não estaria no país não fossem as facilidades para importação concedidas especificamente à indústria automobilística pelo artigo 59 da Lei de Tarifas.

Em alguns círculos da indústria de automóveis há quem considere que a Simca foi atribuído o papel desempenhado pela Fiat, na Itália, concorrendo com os automóveis Alfa-Romeo a serem fabricados pela Fábrica Nacional de Motores, segundo projeto já aprovado.

A FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES

A defesa da Fábrica Nacional de Motores, sua expansão, de sorte a torná-la a empresa líder da indústria automobilística, é um ponto que deve ser defendido com todas as forças pelos nacionalistas. Há, pelo menos, duas boas razões para isto:

- 1) Oitenta por cento do seu capital são nacionais, sendo a União e o IAPI os maiores acionistas. O restante é formado pela contribuição do BNDE e uma pequena quantidade sobra em mãos de acionistas privados. Os outros vinte por cento são a participação da Alfa-Romeo. 2) Fábrica montada há anos, possui já razoável experiência na fabricação de veículos, seu aparelhamento é moderníssimo, e

uma escola de técnicos e operários especializada em brasileiros. Os caminhões FNM, de excelente qualidade, são relativamente baratos e desfrutam de justificada popularidade no Interior e nas estradas do Brasil.

No depoimento que prestou ante a Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, a 16 do mês passado, o economista Sidney Latini demonstrou que o caminhão FNM é muito mais barato que o produto estrangeiro da sua categoria, ainda que este fosse importado pelo câmbio livre.

OUTRAS EMPRESAS

Das demais empresas, a Willys-Overland tem 65 por cento do capital no Brasil. Contudo, o controle da empresa permanece em mãos do acionista americano, que detém 35 por cento do capital, uma vez que os 65 por cento nacionais estão pulverizados entre cerca de 30 mil acionistas. Afirma-se que o grupo Kaiser (proprietário da Willys-Overland) está sendo hostilizado pelos grandes monopólios americanos e encontra

difficultades nos Estados Unidos. Quanto a Mercedes-Benz, o capital pertence metade a empresa alemã homônima e a outra metade a um acionista naturalizado brasileiro. Também os 80 por cento do capital estrangeiro da Volkswagen são de procedência alemã.

AS TRÊS AMERICANAS

Das três empresas americanas de capital exclusivamente estrangeiro — Ford, General Motors e International — as duas primeiras possuem cerca de um terço de todas as investições na indústria automobilística. Por seu peso, sua política, sua orientação, constituem a maior ameaça à aspiração dos brasileiros a que o Brasil possua sua própria indústria de automóveis. A participação das duas na produção e de pouco mais de um terço em 1957: 10.981 sobre um total de 30.700; em 1958: 20.050 sobre 61.129; no primeiro trimestre deste ano: 7.353 sobre 22.636 veículos; e, no total, até 31 de março último, 38.394 sobre uma produção global de 114.465 veículos.

MAIOR A PARTICIPAÇÃO EM VALOR

Entretanto, se for considerado o valor da produção, será de mais de um terço — talvez mesmo de metade — a participação da Ford e da General Motors. Estas duas empresas, efetivamente, dedicam-se exclusivamente à produção de veículos de carga pesados e médios, cujo valor

é muito maior que o dos leves e médios. Em consequência, um novo balanço de pagamentos do país, como empresa estrangeira que são, os seus lucros em maior escala que os das demais, tomaram o rumo do exterior. A isto acrescentamos, ainda, o fato de que os veículos produzidos são aqueles que terão por mais tempo de importar peças complementares do estrangeiro, segundo os planos de nacionalização do GEIA.

TRUSTES PODEROSOS

Por fim, é oportuno assinalar que tanto a Ford como a General Motors são dois dos mais poderosos trustes dos Estados Unidos. Contam com a força e a influência do governo de Washington, no qual possuem seus próprios representantes. E isto marca — já está marcando — sua conduta no Brasil, como veremos em próxima reportagem, quando abordarmos, entre outros, os problemas da indústria de autopeças, da nacionalização da produção e do crédito para a indústria automobilística.

DESAPARECERÁ O TRIGO DAS COXILHAS DO RIO GRANDE?

ARROZ E TRIGO MATAM O LATIFÚNDIO

Paulo Schilling

Prosseguindo na divulgação da conferência pronunciada, no ISEB, pelo economista Paulo Schilling, sobre o problema do trigo, publicamos hoje trechos que se referem à penetração capitalista no campo gaúcho. Os títulos são da redação.

O arroz, com sua cultura em grande escala, iniciou no Rio Grande o tipo de exploração agrícola denominada pelos americanos plantations. Foi o início da penetração capitalista no campo rio-grandense. Pela primeira vez foram empregados grandes capitais, assalariados em grande escala, máquinas agrícolas e modernos métodos de cultivo. Processou-se um verdadeiro rush, rumo ao campo, pois, como depois iria verificar-se com o trigo, os lavradores do arroz, em sua grande maioria, não eram agricultores tradicionais mas sim, vendedores de terras aos produtores. Os rendimentos também foram elevados, sobretudo nos primeiros anos, com os trilhadores, mais tarde. E verdade que a campanha contra os latifundiários do arroz não teve a mesma repercussão que a movida contra os latifundiários do trigo, pois não houve, no Rio Grande, nenhuma intervenção federal a respeito, ficando a luta pela reforma agrária, em termos de cultura, completamente aplicada em um território agrícola, voltado para o mercado interno, com o arroz, e não para o mercado externo, com o trigo.

A lavoura capitalista do trigo

Semelhante tentativa que se deu com a introdução de algumas das máquinas trilhadoras, já em 1739 a chegada dos primeiros casais europeus aos quais foram destinadas terras de terra com a área de 272 hectares. A base econômica da latifúndio gaúcho é, portanto, a ser acapalada. O fundamento da economia proprietária é a produção, em a agricultura de latifúndio, e a exportação de trigo, com a base da civilização — o trigo.

Todo o Riojante que percorre o Rio Grande, faz menção ao trigo. As plantações da Ponta das Casais e do Rio Grande, em pouco tempo, já bastavam somente o consumo local, mas passava a pesar na balança econômica da província. Apesar de ocupar área insignificante em relação à pecuária, o trigo contribuiu em 1836, com uma exportação de 263.076\$000, contra 819.547\$550, valor da exportação de todos os produtos da pecuária representando quase um terço da exportação total.

Essa apelação que foi imposta ao trigo, em grande escala no Brasil, a saber, fora dos portos, em 1808, representou a liquidação da lavoura do trigo gaúcho. O transporte da Europa e da Chile e a grande abundância de farinha que os americanos introduziram em 1820, foram a causa de deixarem os açorianos a lavoura do trigo. Os latifundiários passaram a peões de fazenda, ou se instalaram nas vilas nascentes, com a terra e a fazenda e a pequena burguesia.

O fim do latifúndio

As empresas capitalistas do arroz e trigo, assim como outras que irão surgir paralelas, vão modificando completamente a infraestrutura econômica no campo gaúcho. A grande valorização dos campos, decorrendo dos altos arrendamentos pagos pela lavoura de trigo, se prejudica o desenvolvimento dessa cultura, condensa irreversivelmente a pecuária extensiva e rudimentar, base econômica do latifúndio. A renda bruta da pecuária, em 1956, se avaliava em 100 milhões de reais, sendo de 65 milhões por hectare, ficando a renda líquida reduzida mais ou menos à metade; ora, o arrendamento médio pago, atualmente, pelos trilhadores é de 600.000 por ha, representando, praticamente, renda líquida, pois o proprietário não faz nenhuma despesa para auferi-la. Outro argumento em favor dessa tese: de 1950 para cá, a terra sofreu uma valorização média de quase 1.000% nos municípios de campanha; o preço do boi, nesse período, subiu cerca de 200%; é lógico, se em 1950 a pecuária estava em crise, a situação tornou-se insustentável, pois o capital aplicado aumentou numa proporção três vezes maior do que a renda bruta auferida; a despesa, principalmente a mão de obra tem consequência dos altos salários pagos pelas lavouras capitalistas; surgiu também numa escala muito maior do que o preço do gado.

O grande proprietário de terras está ante um dilema: já que a pecuária, tal como é a exploração, tornou-se antieconômica. Pode adotar os novos métodos e a técnica de exploração capitalistas, praticando agricultura mecanizada ou fazendo pastagens artificiais; estará assim transformando seu fundo em uma empresa capitalista. A outra solução é arrendar sua pro-

Aspectos sociais e políticos

Os pequenos e médios proprietários das zonas de campanha, que lenta, porém inexoravelmente vinham sendo expulsos pelo latifúndio, tiveram, graças à triticultura, sua posição consolidada. Os peões de fazenda, cujo trabalho foi tornado excedente nas estâncias, e que vinham ingressar as populações marginais ao redor das grandes cidades, encontram serviço nas lavouras mecanizadas de trigo. Com isso, nas zonas de trigo, foi estancando o êxodo dos campos. Em alguns municípios, como Cruz Alta, o êxodo invertiu. Cerca de 2.000 famílias de marginais, que em 1950 vegetavam na periferia daquela cidade, voltaram ao campo, trabalhando atualmente nas 600 lavouras mecanizadas daquele município. Surge, assim, o proletariado no campo gaúcho.

O PARTIDO COMUNISTA DA ARGENTINA DESFAZ CAMPANHA DE CALÚNIAS

O governo se encontra empenhado, faz algum tempo, em uma campanha sistemática contra o movimento operário e popular, especialmente contra o Partido Comunista, mobilizando com esse objetivo os recursos do aparelho estatal, adotando medidas repressivas de toda espécie e estabelecendo o delírio de Idéias, que contraria a Constituição Nacional.

OS PRETEXTOS PARA A CAMPANHA DE CALÚNIAS

O pretexto para justificar essa campanha e tais medidas é o de que se pretende «subverter a ordem e preparar a insurreição». O governo considera que qualquer protesto contra a carestia da vida ou contra as injustificadamente elevadas tarifas elétricas, qualquer greve por aumento de salários e vencimentos, como a dos bancários e securitários, qualquer tentativa de exercer o direito de petição perante o Poder Executivo ou o Parlamento, qualquer encontro entre personalidades políticas ou do movimento econômico e social, têm um caráter insurrecional. A simples luta pela unidade da classe operária e pela criação de uma CGT independente dos padrões e do Estado, é considerada subversiva pelo Poder Executivo. Por isso, reprime violentamente o movimento operário e popular, intervém nos sindicatos e mobiliza militarmente os trabalhadores, leva alguns operários perante tribunais militares, mantém por tempo indefinido o estado de sítio, dissolve com a maior violência pacíficas demonstrações de rua, proíbe por decreto as atividades partidárias dos comunistas e a circulação de sua imprensa e a de outras forças democráticas e patrióticas. E isto

acontece justamente quando os círculos reacionários dos diversos países da América Latina intensificam a campanha anticomunista inspirada e dirigida pelo Departamento de Estado. Dentro deste quadro geral é que se deve examinar a publicação do famoso de uma carta de origem duvidosa, supostamente escrita por um partidário de Perón, na qual se deixa entrever a existência de acordos entre comunistas e peronistas objetivando a realização de um vasto plano subversivo. Nessa carta, ao lado da reprodução de pontos programáticos extraídos, sem dúvida, de documentos e resoluções de nosso Partido, que são do domínio Público, são enxertadas frases com o propósito de dar a entender que os militantes comunistas estão comprometidos em planos insurrecionais. E se menciona a respeito o nome de Victorio Codovilla.

Por seu lado, o ministro Vitolo, utilizando um argumento uniforme e invariavelmente repetido pelos representantes mais empedernidos da reação política dos diversos países da América Latina, disse que os comunistas participariam em um plano perturbador, por razões de estratégia de dominação mundial, a fim de impedir o autoabastecimento de petróleo. Para o senhor ministro é impedir o autoabastecimento de petróleo defender o petróleo argentino para os argentinos, propiciar uma política de exploração, extração e elaboração do petróleo para colocá-lo a serviço da economia nacional e de seu desenvolvimento independente e não a serviço de monopólios estrangeiros, como a Standard Oil e a Royal Dutch, como fez o governo entregando-lhes, em concessão, sete milhões de hectares.

Quanto a desejar incluir nosso partido e a seus dirigentes nos chamados «planos insurrecionais», sabem os que se propõem tal objetivo, que é cada vez mais difícil enganar a opinião pública e que, por conseguinte, este gênero de provocações está destinado a fracassar completamente.

A posição dos comunistas é bem conhecida pela classe operária e pelo povo. É inútil desejar falsificá-la grosseiramente. Nosso Partido se opõe e se opõe às aventuras golpistas porque a história do país demonstra que os golpes de Estado dados à revelia do povo, reduzem sempre em um poder mais reacionário contra o povo e a Nação. A solução verdadeira que apresenta o nosso Partido e pela qual luta inansiosamente é a desenvolver o movimento de massas sobre a base da unidade de ação de todas as correntes patrióticas, democráticas e progressistas objetivando a formação de uma ampla Frente Democrática Nacional e de um governo de coalizão democrática. Ao criticar e combater o plano de austeridade e

patrióticas e democráticas é a causa da instabilidade política, econômica e social. O povo, sem distinção de classes e credos, está farto dessa política de repressão e fome, e exige democracia e liberdade. Se o governo tivesse alguma dívida a respeito e possuísse sensibilidade política, deveria, tal como o reclama a imensa maioria do povo, convocar eleições gerais e, então, comprovaria, de maneira mais clara do que em Mendoza, como perdeu o apoio popular.

Em defesa da Constituição e das leis que a interpretam em um sentido democrático e progressista, luta e prosseguirá lutando nosso Partido e nenhuma provocação política ou política afostara de seu caminho. Como afirmava nosso partido na Declaração de 28 de abril sobre o decreto que proíbe as atividades partidárias: «A atividade de nosso Partido será determinada, como sempre, pela participação nas lutas da classe operária e do povo, pela defesa de seus interesses vitais e os da Nação. E estamos certos do triunfo. Esta não é a época de governos reacionários ou ditatoriais, a serviço dos interesses da oligarquia e do imperialismo, mas de governos democráticos e progressistas, defensores dos interesses de classe operária e do povo, da independência nacional e da paz. Estes últimos triunfarão.»

NOTA DA REDAÇÃO — Os acontecimentos políticos na Argentina continuam a repercutir intensamente em todo o Continente. O governo de Frondizi, seriamente abalado depois das vergonhosas capitulações ao imperialismo norte-americano e da adoção da política de «austeridade», impondo novos sacrifícios à classe operária em seu nível de vida já deteriorado, não conseguiu consolidar-se ainda. Está à mercê de certos grupos militares reacionários e ameaçado de um golpe de Estado de caráter militar.

Em nosso país, tenta se deturpar a realidade argentina, considerando-se a crise política no país vizinho como tendo seus origens no apoio recebido pelo eleitorado peronista e comunista. Não é verdade. Frondizi realmente contou com o apoio decisivo dos trabalhadores comunistas, assim como dos que seguem a orientação de Perón, cantou com o apoio decisivo de consideráveis forças populares e democráticas, prometendo ao povo argentino realizar um programa estritamente de acordo com os interesses nacionais. Foi a traição a esse programa e suas concessões aos imperialistas ianques que geraram a onda de indignação contra seu governo.

Par essa crise, portanto, o único responsável é Frondizi.

Mas a alternativa não é sua substituição por uma ditadura, que seria o fruto inevitável de um golpe militar de forças reacionárias. A alternativa é o cumprimento do programa que o lavou ao Poder. É o que ficará claro ao leitor através da declaração, que reproduzimos a seguir, do Secretariado do Comitê Central do Partido Comunista Argentino, datada de 3 de junho último.

AMEAÇADA A AGRICULTURA PELAS ESCÓRIAS ATÔMICAS

A era atômica colocou diante da ciência um grande número de problemas novos e de grande atualidade em setores os mais variados. Um destes problemas consiste no estudo dos produtos da divisão dos núcleos dos elementos pesados.

Recentemente foi elaborado na União Soviética um método muito eficiente de tratamento a frio do bicho da seda, dentro do casulo, por meio da radioatividade. Enfim, nas mãos dos geneticistas e dos selecionadores, estas radiações transformam-se num poderoso meio para a produção artificial de modificações hereditárias nos produtos agrícolas e nos microrganismos, tendo em vista a elevação de sua produtividade.

O estudo do comportamento do estrôncio 90, do cério 137 e de outros produtos da fissão no serm em fundos nas cadeias biológicas e de um modo geral, na circulação dos elementos na natureza, não apenas apresenta um grande interesse científico, como também importante significação prática, pois, para a solução dos problemas que ali surgem, é preciso conhecer, antes de mais nada, as leis da migração destas substâncias na natureza.

uma influência significativa sobre o destino das substâncias radioativas que atingem a superfície da terra. Graças à capacidade de absorção do solo, os produtos duradouros da fissão, tais como o estrôncio 90 e o cério 137, acumulam-se nas camadas superiores, não se movimentando quase em absoluto às camadas mais profundas e nem mesmo penetrando no subsolo. Desta forma, criam-se condições favoráveis à produção dos produtos da fissão pelas plantas por que as substâncias radioativas duradouras, que atingem o solo, acumulam-se de preferência na zona de maior alastramento das raízes. Por outro lado, a absorção dos produtos da fissão nuclear pelas partículas duras do solo e sua fixação no solo, constituem um empecilho à passagem do cério 137 e do estrôncio 90 do solo para as plantas, diminuindo a acessibilidade às plantas de microquantidades desses elementos.

As pesquisas realizadas demonstraram que a passagem dos produtos da fissão nuclear do solo às plantas depende das propriedades do solo, da espécie da planta e das condições em que é cultivada. Alguns tipos de solo absorvem estes produtos com maior intensidade, tornando-os menos acessíveis às plantas; em outros, a intensidade é menor.

Apresenta grande interesse a possibilidade de aplicação prática destes produtos radioativos da fissão nuclear, como fontes de radiação. Eles poderiam encontrar a encontram aplicação na técnica, na medicina e na agricultura. Por meio de poderosas fontes radioativas é possível, por exemplo, realizar a desinfecção, bem como a esterilização a frio de produtos alimentícios e outros. A ação da radioatividade retardada a germinação da batata e contribui para sua melhor conservação.

Quando uma certa quantidade de produtos duradouros da fissão de átomos pesados passa a existir nas condições naturais, estes produtos são pouco a pouco incluídos nas cadeias biológicas através da atmosfera e do solo, eles penetram nas plantas; com os alimentos, passam ao organismo animal e, com os seus excrementos, novamente ao solo e assim por diante.

Quando uma certa quantidade de produtos duradouros da fissão de átomos pesados passa a existir nas condições naturais, estes produtos são pouco a pouco incluídos nas cadeias biológicas através da atmosfera e do solo, eles penetram nas plantas; com os alimentos, passam ao organismo animal e, com os seus excrementos, novamente ao solo e assim por diante.

As pesquisas realizadas demonstraram que a passagem dos produtos da fissão nuclear do solo às plantas depende das propriedades do solo, da espécie da planta e das condições em que é cultivada. Alguns tipos de solo absorvem estes produtos com maior intensidade, tornando-os menos acessíveis às plantas; em outros, a intensidade é menor.

Devido à semelhança das propriedades químicas e físico-químicas do estrôncio e do cálcio, o estrôncio radioativo é como que diluído numa grande quantidade de cálcio, participando, junto com este, dos processos metabólicos. Prende-se a isto um outro fato importante. Uma vez que no organismo animal, o cálcio se acumula principalmente nos ossos, o estrôncio radioativo, preferencialmente



te também se acumula aumentando assim grandemente o perigo de ser o organismo afetado pelas radiações, quando nele penetram sistematicamente, mesmo quantidades muito pequenas desta substância.

As pesquisas relativas ao comportamento dos produtos radioativos da divisão nuclear no solo e nas plantas e dos processos que acompanham o ingresso, principalmente do estrôncio radioativo, na circulação biológica geral, revelam nos toda a seriedade do problema que se ergue diante da humanidade, o problema da necessidade de nos defendermos do mal que poderia ser causado pela disseminação incontida dos produtos radioativos da fissão pela natureza.

Quando uma certa quantidade de produtos duradouros da fissão de átomos pesados passa a existir nas condições naturais, estes produtos são pouco a pouco incluídos nas cadeias biológicas através da atmosfera e do solo, eles penetram nas plantas; com os alimentos, passam ao organismo animal e, com os seus excrementos, novamente ao solo e assim por diante.

BRASIL E FMI

O CAMINHO A SEGUIR TEM SIDO APONTADO A JK

O Presidente Kubitschek, após ter rompido com o Fundo Monetário Internacional, parece hesitar em tomar as medidas indispensáveis para solucionar os problemas de balanço de pagamentos do Brasil, sem apelar aos créditos norte-americanos e sem interromper o nosso processo de desenvolvimento econômico, mas pelo contrário, dando a este um caráter nacional e independente.

Já no entanto, um certo número de medidas que o governo poderia tomar em caráter imediato, com um efeito concreto e decisivo para a solução desses problemas. O próprio ministro da Guerra do sr. Juscelino Kubitschek o mencionou no seu discurso em defesa do seu programa no Senado em 17 de maio último. Uma delas, a limitação da importação de produtos estrangeiros, em especial de máquinas e equipamentos, já foi mencionada.

Outra medida urgente seria a limitação da importação de produtos estrangeiros, em especial de máquinas e equipamentos, já foi mencionada. Outra medida urgente seria a limitação da importação de produtos estrangeiros, em especial de máquinas e equipamentos, já foi mencionada.

Elementos do próprio governo (Lott e João Goulart) já indicaram medidas ne cessárias e urgentes - Manifestações de parlamentares, industriais e estudantes - Resoluções dos Congressos dos Trabalhadores - A palavra dos comunistas

... manifestou a sua inteira concordância as medidas sugeridas pelos trabalhadores, tendo informado que reconhecia que o problema era diferente do que havia pensado anteriormente, que havia determinado o estudo e a adoção de uma série de medidas relacionadas com a limitação da remessa para o estrangeiro de dividendos, lucros, royalties e prêmios de seguros; que era favorável à concessão de uma espécie de tarifa especial reduzida para as importações de petróleo, trigo e máquinas ferramentas; que era necessário o restabelecimento de relações comerciais com todos os países do mundo e que o governo estava promovendo em tratativas com países socialistas nesse sentido; que até o momento não havia recebido qualquer proposta da União Soviética.

Urgente reatamento

Outra medida urgente seria a limitação da importação de produtos estrangeiros, em especial de máquinas e equipamentos, já foi mencionada. Outra medida urgente seria a limitação da importação de produtos estrangeiros, em especial de máquinas e equipamentos, já foi mencionada.

... manifestou a sua inteira concordância as medidas sugeridas pelos trabalhadores, tendo informado que reconhecia que o problema era diferente do que havia pensado anteriormente, que havia determinado o estudo e a adoção de uma série de medidas relacionadas com a limitação da remessa para o estrangeiro de dividendos, lucros, royalties e prêmios de seguros; que era favorável à concessão de uma espécie de tarifa especial reduzida para as importações de petróleo, trigo e máquinas ferramentas; que era necessário o restabelecimento de relações comerciais com todos os países do mundo e que o governo estava promovendo em tratativas com países socialistas nesse sentido; que até o momento não havia recebido qualquer proposta da União Soviética.

Aproveitamento dos recursos nacionais

Embora partiam dos trabalhadores as mais repetidas e energéticas reivindicações por uma nova política econômica do governo, outros setores da opinião nacional se têm manifestado nesse sentido. Em manifestações isoladas, muitos indivíduos tem reclamado do governo, esse

... manifestou a sua inteira concordância as medidas sugeridas pelos trabalhadores, tendo informado que reconhecia que o problema era diferente do que havia pensado anteriormente, que havia determinado o estudo e a adoção de uma série de medidas relacionadas com a limitação da remessa para o estrangeiro de dividendos, lucros, royalties e prêmios de seguros; que era favorável à concessão de uma espécie de tarifa especial reduzida para as importações de petróleo, trigo e máquinas ferramentas; que era necessário o restabelecimento de relações comerciais com todos os países do mundo e que o governo estava promovendo em tratativas com países socialistas nesse sentido; que até o momento não havia recebido qualquer proposta da União Soviética.

A Vez dos Comunistas

Se os diversos setores da Frente Única Nacionalista se manifestam cada dia mais firmes e coesos em torno de um conjunto de medidas capazes de resolver os problemas do desenvolvimento nacional independente e progressista, um inegável papel nesse processo de união cabe aos comunistas.

FESTIVAL DA JUVENTUDE APOIO DO CONSELHO DE ESTUDANTES DE BAHIA

1 - Reunião recentemente, o Conselho Estadual dos Estudantes da Bahia aprovou por unanimidade uma moção de apoio ao VII Festival Mundial da Juventude, ratificando, assim, a resolução da Diretoria da União Estadual dos Estudantes da Bahia. O Conselho deliberou também sugerir à UNE a elaboração de uma Carta de Princípios dos Estudantes Brasileiros, no Festival para ser apresentada na reunião internacional de dirigentes estudantis, a realizar-se em Viena.

2 - Com 2100 votos, Glória Luera, da empresa Eletromar, foi eleita Rainha da Juventude Metalúrgica, Glória receberá como prêmio uma viagem a Viena, a fim de participar do Festival. Sua coroação será realizada no próximo dia 18, no Palácio dos Metalúrgicos.



15 MINUTOS DE APLAUSOS

Em comemoração do seu 72.º aniversário, o Clube Militar realizou uma sessão solene, no dia 26 de junho, que contou com a presença de altas patentes das forças militares, do Ministro do Trabalho, do Governador do Estado do Rio e do Presidente da República.

Entre os vários discursos proferidos na solenidade, destacaram-se o do Sr. Juscelino Kubitschek e o do Presidente do Clube, General Justino Alves Bastos.

O General Justino, em saudação ao sr. Kubitschek, ressaltou a posição do Clube Militar em relação à defesa do petróleo e dos minerais atômicos, "fiel às suas tradições de prestância e de solidariedade para com as grandes causas", a que fez a assistência erguer-se em aplausos, aos brados de "muito bem", aclamações que duraram cerca de 15 minutos.

O Presidente da República exaltou a atuação do Clube no problema do petróleo e afirmou que tudo que o seu governo tem feito é procurar "a independência econômica e a libertação do subdesenvolvimento deste grande país", salientando que até o fim do seu mandato o Brasil estará em condições de "vender petróleo para os que hoje nos vendem".

Na foto, o sr. Juscelino Kubitschek sendo cumprimentado ao chegar à sede do Clube Militar.

CAFÉ: GOVERNO ENVEREDA PELA BAIXA DOS PREÇOS

Cedendo ante os grandes exportadores e fazendeiros, o governo toma medidas que acarretarão a desvalorização do cruzeiro, mais emissões, menos recursos para o fundo de ágios e provavelmente a guerra de preços - Em troca de que? De um problemático aumento das exportações

Após alguns dias de discussões, com a apresentação de propostas e contrapropostas, foram finalmente baixadas as diretivas governamentais referentes à safra de café de 1959-1960.

Compromete-se o governo a pagar 76 cruzeiros por cada dólar proveniente da exportação de café (dólar-café), ao invés dos 60 cruzeiros que vinha pagando; calculada a quantidade exportável em 18 milhões de sacas, compromete-se o governo a comprar a parte não exportada, desses 18 milhões de sacas, o preço médio vigente nos últimos trinta dias da safra; outros nove milhões de sacas que sobrarão da safra do presente ano (calculada em 30 milhões), serão comprados a 200 cruzeiros pelo governo a razão de 1,950 cruzeiros a saca, em vez dos 1,600 cruzeiros que vinham vigorando; finalmente, os 3 milhões de sacas chamadas de expurgo serão pagas pelo governo a 200 cruzeiros cada, em vez de pelos 100 cruzeiros que vigoraram na última safra. Estas são, resumidamente, as principais providências adotadas pelo governo em relação à lavoura cafeeira. Que significam?

Redução dos ágios

As exportações de café no ano em curso são calculadas pela SUMOC em cerca de 700 milhões de dólares. Por cada um deles, o governo pagará mais 16 cruzeiros (de 60 para 76). De onde retirará essa soma tão fabulosa? Do fundo de ágios, que, assim, diminuirá. Só não diminuirá se o governo aumentasse correspondentemente o custo de câmbio e, portanto, os preços de importação do petróleo, trigo, equipamentos, etc. E para atender às necessidades atualmente supridas pelo fundo de ágios, não terá outra saída o governo senão emitir.

Recuo ante os exportadores

Aumentando de 60 para 76 cruzeiros o dólar-café, o governo faz enorme concessão aos grandes fazendeiros e exportadores (estes últimos representados por meia dúzia de poderosas empresas americanas). A consequência imediata desta medida, ao lado das demais, é uma queda no preço internacional do café, da ordem de 10 por cento. Isto porque, recebendo mais cruzeiros por dólar, podem os fazendeiros e exportadores abrir mão de parte do que recebem em cruzeiros.

Desvalorização do cruzeiro

Ao vender mais café por menos dólares, implicitamente

Guerra de preços

A tendência da política do governo leva a que não se exclua a hipótese de que o país se esteja preparando para travar a guerra de preços no mercado internacional do café. Isto é, conseguir vender mais através de baixos preços. E, bastando de diversos que da ponto-de-vista econômico, estamos em condições de ter êxito em tal política com os países imperialistas, donos de muitos maiores recursos e donos também das plantações de café africanas, por exemplo: do ponto-de-vista político, porém, tal decisão é indefensável. Seria, de fato, uma guerra econômica entre o Brasil e outros produtores americanos.

Pretexto muito problemático

Todas essas medidas são tomadas sob o problemático pretexto de fazer passar as nossas exportações para 18 milhões de sacas. No ano passado, quando já estava em vigor a política de preços baixos, nossas vendas não foram além de 12 milhões de sacas.

Limitação da lavoura

Entre as razões apresentadas pelas autoridades para justificar as medidas expostas, encontra-se a de que é necessário desestimular as lavouras de café pouco produtivas. Cremos, porém, que esse objetivo, indiscutivelmente necessário, não será atingido por esse meio. Por que, a exemplo do que se fez com a lavoura canieira, não se coloca sob controle, não se estabelecem limitações para a produção do café?

A Revolução Constitucionalista de São Paulo

2 - A Revolução Constitucionalista de São Paulo

A LOCOMOTIVA

... (text truncated) ...

PEÇA HOJE MESMO PELO REEMBOLSO POSTAL - Preço Cr\$ 120,00

... (text truncated) ...

HOMENAGEM A FLORIANO

- A 29 de junho, data do 65.º aniversário da morte de Floriano Peixoto, realizou-se no Rio varias homenagens à memória do Consolidador da República. O Gremio Floriano Peixoto promoveu uma romaria no Mausoléu de Floriano, no Cemitério São João Batista. Falou então, em nome da Associação Benjamin Constant, Deodoro e Floriano, o general Henrique Cunha. As 17 horas, ao pé da estatua de Floriano, na praça que tem o seu nome, realizou-se um ato ao qual compareceram personalidades e representantes de organizações patrióticas, cívicas e estudantis. Ai esteve também Luiz Carlos Prestes. As 20 horas, no Salão Floriano Peixoto, do Clube Militar por iniciativa da ABCDEF e do Departamento Cultural de Várias realizou-se um ato cívico importante, no qual vários oradores falaram sobre o importante papel desta estatua por Floriano Peixoto para garantir a permanência da República, trata de alguns fatos da vida brasileira em movimentos armados que se sucederam em diferentes etapas da história do Brasil.

A Vez dos Comunistas

Se os diversos setores da Frente Única Nacionalista se manifestam cada dia mais firmes e coesos em torno de um conjunto de medidas capazes de resolver os problemas do desenvolvimento nacional independente e progressista, um inegável papel nesse processo de união cabe aos comunistas.

Na Declaração sobre a política dos comunistas, de março de 1958, e no recente documento de Luiz Carlos Prestes sobre "A situação política e a luta por um governo nacionalista e democrático", foram formuladas as soluções nacionalistas para os problemas que nosso povo enfrenta, as quais podem ser assim resumidas:

- 1 - Ampliação do comércio exterior, com o restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética e a normalização das relações com todos os demais países socialistas, inclusive o reconhecimento da República Popular da China.
- 2 - Controle e limitação das repatriações e remessas de lucros do capital estrangeiro, subordinando-as às necessidades do país, de modo a que não afetem as responsabilidades de divisas para importações essenciais à indústria e a outros setores da economia nacional.
- 3 - Aplicação de uma política cambial que favoreça a produção, o desenvolvimento industrial e o progresso do país.
- 4 - Nacionalização da produção e distribuição da energia elétrica e aprovação da Eletrobrás em bases firmemente nacionalistas.
- 5 - Distribuição do grosso dos derivados de petróleo pela Petrobrás.
- 6 - Nacionalização dos bancos de depósitos e das companhias de seguros estrangeiros.
- 7 - Medidas de reforma agrária.

Esses documentos que fixam a opinião dos comunistas também se salienta que a realização das medidas apontadas exige a ampliação da democracia popular. Urge a aprovação da lei de regulamentação do direito de greve, que revoga o decreto 9.070, cuja aplicação tem dado pretexto a constantes ataques políticos. Impõe-se igualmente sejam abolidas as discriminações políticas e ideológicas contra os comunistas, as quais são manifestamente incompatíveis a Constituição.

5 DE JULHO (35 ANOS DEPOIS) VIVO NOS CORAÇÕES BRASILEIROS

CAROLINA

MARIA GABRIELA

O espaço é pequeno para falar de Carolina. E ela não que ainda muito falei sobre ela, sua vida, sua esperança renitente. Em junho, houve jovens reunidos nas escadarias da Câmara Municipal, acompanhados com discursos, jogos, competições de xadrez, assistência a gripados, orientação nos que precisavam de serviços profissionais de advogados, etc. Tudo sob a proteção de uma escadaria adolescente, trazida pelos alunos das Belas-Artes. E assim, com alegria e entusiasmo, com a confiança na vitória, tão própria dos jovens durante dias eles deram um toque de festiva combatividade à nossa cidade. Houve cartas, telegramas, cartões, artigos, discursos, dizendo ao presidente que sessenta e muitos milhares de habitantes estão com ele na defesa de nossa soberania. Só não estão os renegados, mas renegados não contam. E houve o comício no Palácio do Catete com gente de todos os partidos, de todas as idades, de todos os credos e cores. E houve festa na Lagoa, com interrupção de trânsito, muitas luzes, muitas fogos e, naturalmente, muitos acidentes. E houve Carolina, que uma revista nos apresentou, Carolina, a do olho meigo, um pouco triste, cheia de sonho que ela cultiva na esperança de uma realidade melhor do que aquela que ela conhece e constitui o seu mundo. Carolina vive em uma favela de São Paulo. Favela com miséria, fome, doenças, lama e os problemas e dramas de todos e de cada um dos habitantes. Carolina tem três filhos e vive dos papéis que junta nas latas de lixo. Mas escondida em seu barraco seu pequeno tesouro: endernos e mais endernos nos quais ela anota os fatos diários de sua vida — tão ligada a todos os que a cercam — com uma simplicidade, uma ternura, uma capacidade de ver e de sintetizar que faria inveja a muito escritor. Escreve também romances e versos. E entre muitas coisas bonitas que ela conta, ficamos sabendo que um dia Vera, sua filhinha, despertou cantando. E convidou-a a cantar também. E então todos cantaram: ela, Vera e os dois filhos. E sabemos que em determinado dia ela ficou triste porque um menino de 12 anos foi à escola embriagado. E que o senhor Lino não recebe o dinheiro com que ela pretende pagar o café que pediu emprestado. E que a filha de uma nordestina nasceu morta e a mãe da dita nordestina está chorando, porque a filha está nua. E o certo é que não nos posso dar, em tão curto espaço, uma pequena ideia da grandiosidade do coração de Carolina: tão solidária, tão humana, tão cheia de esperança e de fé no destino dos homens, nem de sua capacidade de descobrir beleza até na podrida fervendo na caçaria, enquanto prepara a refeição escassa...

Chama Da Liberdade Alimentou As Revoluções De 1922 e 1924!

General Miguel Costa (comandante da Coluna) relata episódios da vida brasileira no agitado período de 22 e 24 — Uma carta apócrifa foi o estopim que incendiou o Brasil — Os 18 do Forte — A prisão do marechal Hermes da Fonseca — Artur Bernardes e a «Lei infame» — A revolução de S. Paulo

Uma carta, publicada pelo "Correio da Manhã" em 9 de novembro do ano de 1921, foi o estopim que fez explodir o barril de pólvora que era a situação política brasileira no fim da segunda década do século. Apócrifa ou autêntica, o documento, cuja autoria foi atribuída ao sr. Artur Bernardes, constituía um insulto duro à dignidade do Exército. O sentimento de revolta e indignação se alastrou entre a oficialidade já descontente e obrigou o presidente Epitácio Pessoa a realizar uma política de repressão das mais violentas, perseguindo e transferindo arbitrariamente todos os militares que se pronunciavam sobre o documento.

REMEMORANDO OS MOVIMENTOS DE 22 E 24

A figura do general Miguel Costa, uma das mais relevantes do período de transformações políticas por que passou o Brasil, foi a escolhida para contar aos leitores de NR alguns dos episódios que marcaram a época.

"Graças à carta publicada pelo "Correio da Manhã" — começou o velho general — a campanha eleitoral que culminou com a vitória do sr. Artur Bernardes foi realizada com o país sob estado de sítio. O presidente Epitácio Pessoa, ao mesmo tempo que utilizava toda sorte de meios para perseguir e deportar militares, ia acumulando cada vez maior descontentamento contra sua política no seio das Forças Armadas.

O primeiro incidente sério verificou-se em maio de 1922 e já era o prenúncio do primeiro levante de 5 de julho. Durante a campanha pela sucessão presidencial em Pernambuco (naquele tempo governador de Estado era chamado Presidente), o primeiro mandatário da Nação tentou utilizar as tropas do Exército para coagir os adversários políticos do sr. Lima Castro, candidato de sua preferência. Pretendendo premeditadas arruaças no Recife, concentrou na cidade numerosos contingentes de tropas. Incidentes deploráveis ocorridos na capital pernambucana durante o mês de junho e que punham em causa o prestígio do Exército, deram origem então a um documento enviado pela oficialidade destacada na cidade ao Clube Militar, no sentido de que a entidade apressasse junto ao coronel Pessoa Silveira, comandante da tropa, para que tivesse uma norma de conduta mais competitiva com o papel reservado às Forças Armadas.

UM TELEGRAMA, PRISÃO E LEVANTE

Presidente do Clube Militar, na época, o marechal Hermes da Fonseca, a mais alta patente de nossas Forças Armadas e ex-presidente da República. Atendeu o velho marechal ao apelo, telegrafando ao coronel Pessoa Silveira conciliando-o a não emprestar a sua responsabilidade de oficial do Exército aos arbitrariedades em Recife se consumavam. Finjava a sua mensagem, o presidente do Clube Militar, com estas palavras: "...As situações políticas passam e o Exército fica."

Conhecidos os termos do telegrama, considerou-os o presidente da República como atentado à disciplina militar. Interpelado pelo governo, assumiu o marechal Hermes da Fonseca a responsabilidade pelo feito, sendo por isso repreendido. A reação foi imediata. Na tarde do mesmo dia, 30 de junho, a diretoria do Clube Militar, em nota

publicada na imprensa carioca, fazia uma declaração coletiva de solidariedade à atitude de seu chefe.

A resposta do governo foi um decreto mandando fechar por seis meses o Clube Militar. A 3 de julho, o marechal Hermes da Fonseca era recolhido ao quartel do 3.º Regimento de Infantaria, preso por haver recusado a receber a repreensão que lhe fora imposta pelo governo federal.

A REVOLUÇÃO DE SÃO PAULO

O período que antecedeu o 5 de julho de 1924 foi todo consagrado à preparação do movimento. Numerosas oficiais maiores e menores se locomoveram para as diversas regiões do país, estabelecendo contatos e fazendo ligações. Em São Paulo, após um contato com Joaquim Távora, o maior-de-Juarez da Força Pública, Miguel Costa, iniciou o trabalho para mobilizar a sua corporação em função do movimento revolucionário. Era ela nessa ocasião um pequeno exército comumente armado e nutrido, perfeitamente adestrado na arte da guerra. Estes elementos foram postos à disposição dos anseios de liberdade do Brasil, organizando-se, para isso, um programa que exigia em primeiro lugar a liberdade de imprensa, o voto secreto, a remodelação da Justiça, e justiça social. Foram as insígnias que levaram ao levante.

O GOVERNO ARTUR BERNARDES

Derrotado o sr. Nilo Peçanha, foi empossado o sr. Artur Bernardes com o país sob estado de sítio e minado por dissensões internas. Quando se esperava do novo governante uma política de pacificação, eis que ele prorrogou a lei de exceção até a reabertura do Congresso (que se daria em maio do ano seguinte) ao mesmo tempo que interveio no Estado do Rio de Janeiro o governador eleito, sr. Lauro Fernandes, e perseguiu todos os que estiveram implicados no movimento de 5 de julho de 1922, principalmente os alunos da Escola Militar, que foram obrigados a assinar um atestado de incomplicência. Os que se recusaram foram expulsos da instituição.

"A LEI INFAME"

Atendendo para o Congresso com a suspensão do estado de sítio, conseguiu o presidente Bernardes, em dezembro de 1923, aquilo que Epitácio Pessoa tentara e não pudera: a aprovação da "Lei de Imprensa", instrumento inquisitorial através do qual o governo detinha poderes tais a impedir qualquer manifestação da imprensa que pudesse conter a mínima crítica ao seu governo, a sua administração. Não foi por menos que ela ficou sendo conhecida como a "Lei Infame".

Sob a égide da nova lei aprovada e eliminados todos os "focos de oposição" nos diversos Estados da Federação (principalmente no Rio Grande do Sul, onde o presidente Borges de Medeiros, antes adversário, se aliara a Bernardes), iniciou o presidente o ano de 1924 tendo o país sob seu controle aparente.

Mas, havia a sucessão presidencial na Bahia Adversário político do presidente da República, o governador do Estado, sr. J. J. Seabra, teve de renunciar três dias antes de terminar o seu mandato em virtude da prisão exercida por tropas concentradas em Salvador e pela decretação do estado de sítio para a região. Usou o sr. Artur Bernardes, durante a campanha eleitoral, os mesmos métodos utilizados por Epitácio Pessoa em Pernambuco.

As novas violências cometidas pelo governo Federal, a utilização de tropas do Exército para a prática de atos inconstitucionais à sua dignidade vieram reavivar novamente a inquietação latente na oficialidade.

do Rio Grande do Sul, com Prestes, João Alberto, Portela e outros. Intencionalmente todos esses focos foram esmagados, restando apenas um punhado de abnegados que jáqui morrer ou mudar a situação política do país.

A COLUNA

O último e o go foi a Coluna, que Isidoro chamou de "Fóix" porque resurgiu das cinzas da revolução traçada por os escritores chamados de Invieta porque nunca foi vencida; que Juarez Távora chama de Miguel Costa-Prestes, porque foi seu comandante; e de Coluna Prestes como a chamam em uma homenagem à extraordinária abnegação do meu chefe de Estação-Maior.

Essa obra não foi minúscula, nem de Prestes, nem de Juarez, foi uma obra de equipe onde Djalma, Siqueira Campos, João Alberto, Ari Prestes e muitos outros deram tudo o que humanamente se podia pedir de um homem disposto ao sacrifício.

RECOMPENSA

Em ao terminar o imenso itinerário percorrido, numa extensão maior que a que separa o Polo Norte do Polo Sul, através de 14 Estados, combatendo sempre, suportando a fome, a sede, toda a sorte de sacrificios, os homens que restaram e que acabaram por se internar na Bolívia viram surgir os frutos das sementes que plantaram. Começara a mudar a mentalidade no Brasil. Antonio Carlos deixa a residência de Minas e vai à Câmara fazer um discurso onde diz: "Façamos a revolução antes que o povo a faça..." Não demorou muito e Getúlio Vargas pediu o apoio dos tenentes para a Revolução de 30. Depois disso veio o voto secreto, a liberdade de imprensa, o voto à mulher, as leis trabalhistas e outras.

A chama daqueles anos não morreu, continuou acesa a alimentar os corações brasileiros. Hoje, 35 anos são passados de quando aquele punhado de bravos iniciava a luta libertadora, olhamos para o Brasil e vemos a onda nacionalista que avança, o povo que não mais quer a dominação imperialista, a Petrobrás inviolável, um governo que recusa a intromissão do FMI na nossa política econômica, a revolução emancipadora em marcha, a conquista do direito de pensar e de dizer o que pensa. E o Brasil que sonhávamos, nós, jovens soldados da Coluna, que começa a nascer."

EM TÓDAS AS LIVRARIAS O OLHO E O SOL Serguéi Vavilov As reações ingênuas da criança em relação à luz, a religiosidade do homem primitivo ante o sol, os devaneios do poeta embevecido com o olhar da amada e com as estrelas, as falsas teorias que se sucedem sobre os fenômenos luminosos, enfim, a longa, complexa e maravilhosa evolução da óptica é neste livro analisada à luz do conhecimento do sábio soviético S. Vavilov. Novo lançamento da "Coletânea de Estudos Científicos" (5.º volume). COLETANEA DE ESTUDOS CIENTÍFICOS volumes já publicados: EDITORIAL VITÓRIA LTDA. R. Juan Pablo Duarte, n.º 50 — Sobrado Telephone: 22-1613 RIO DE JANEIRO (Atendimento pelo Reembolso Postal) 1 — A Albumina e a Vida (esgotado) E. Braunstein. 2 — A Origem da Vida - A. Opárim. 3 — O Voo no Espaço Cósmico - A. Sternfeld. 4 — ABC do Sistema Solar - V. G. Feisenkov

Aumento De Tarifas Não Tem Bases Sérias Líderes operários e estudantis contra a majoração das passagens dos transportes coletivos

Um novo aumento, que vai ser de 40 por cento sobre as tarifas básicas, está na iminência de ser decretado para os transportes coletivos do Distrito Federal. Justificando-o, os proprietários de tais empresas estão divulgando uma nota ao público — pelos jornais e também afixada no interior de alguns veículos —, na qual relacionam vários aumentos de combustíveis, pneumáticos, salários e outros elementos formadores das tarifas.

Ninguém pôe em dúvida, pois é fato amplamente sabido, que os combustíveis, pneumáticos etc., sofreram grande aumento por obra da política econômico-financeira do sr. Lucas Lopes. Entretanto, em que medida esses aumentos, bem como o dos salários, influem na formação da tarifa, assegurando um lucro razoável aos proprietários das empresas? E, em relação com isto, será justo, não será demasiado o aumento nas bases em que a Prefeitura quer conceder? Só um exame rigoroso da contabilidade das empresas poderia responder a tais perguntas. Foi feito? Não, apesar de serem todas elas empresas concessionárias de um serviço público como o transporte.

OPOSIÇÃO JUSTIFICADA

É porque é plenamente justificada a oposição manifestada pelos líderes sindicais, em visita oficial ao prefeito, à tabela de aumentos elaborada pela PDF. Efectivamente, não são poucos os exemplos de empresários inescrupulosos e gananciosos que alegam supostos prejuízos para auferir lucros ilícitos. E de ontem o exemplo dos Correioeiros. Ago-

ra, que suas empresas se reban sob o controle do Estado, sabe-se que davam lucros e não prejuízos e que a febrezinha fortuna da família, constituída em poucos anos, tornou-se mediante o roubo dos dinheiros públicos. Somente um critério esse contábil das empresas de ônibus e lotações impedirá que o caso tanto se dê neste outro ramo.

Ao que foi dito acima, resta acrescentar que a autoridade municipal a quem esta tarefa a questão não é das que merecem maior confiança. Com efeito, como denunciou há dias na Câmara Municipal o vereador Paulo Areal, o atual diretor do Departamento de Concessões da PDF, engenheiro Roberto Taunay, foi fiscal da Prefeitura junto à Cia. Telefônica durante oito anos e não aplicou uma multa, sequer, àquele empresário americano. Julgare o próprio público se não terá havido razões para isso, durante tanto tempo...

PORQUE NÃO ACEITAM

Em declarações prestadas à imprensa sobre o assunto, o presidente em exercício do Conselho Consultivo da C.N. T.T., sr. Floriano Maciel, declarou textualmente: "Não aceitamos o aumento das tarifas de ônibus e lotações principalmente porque os estudos não devem ter sido feitos em bases sérias, haja vista que as empresas não têm contabilidade própria e algumas até se apresentam como subsidiárias de outras, juridicamente, mas se juntam quando alegam deficits operacionais."

Fazem sentir, ainda, os trabalhadores que o aumento das passagens de coletivos agravará muito o problema

social e que a paciência do povo tem limite. A advertência dos trabalhadores é inteiramente justa e deve ser ouvida.

TAMBÉM OS ESTUDANTES

Contra a elevação de tarifas também se movimentaram os estudantes, através da AMES. Em reunião, ficou decidido que a entidade se dirigisse ao prefeito Sá Freire Alvim, mostrando a necessidade de ser o assunto mais bem estudado a fim de se evitar fosse o povo sacrificado em virtude de cálculos feitos sem base real, baseados apenas nas pretensões dos proprietários. Pleitearam os estudantes que a decisão definitiva do prefeito se transferisse para daqui a 30 dias.

MARCENEIROS

Esta programada para os dias 14, 15 e 16 do corrente, a eleição para renovação da Diretoria do Sindicato dos Marceneiros do D. Federal. Ao pleito concorrerão duas chapas. Uma delas será a Democrática e Progressista, da qual participam os líderes José Arnaldo de Menezes, Sebastião Alves Magalhães Sobrinho, Ivo Barbosa Moura e Roberto Moreira.

MOVIMENTO SINDICAL

FERROVIARIOS DA CENTRAL

Obedecendo à Lei 3.115, de 1957, que criou o Conselho Consultivo da RFF S.A., realizaram-se as eleições para Delegado-Eleitor da EFCE, tendo sido eleitos os

srs. João Batista Leal de Freitas (5.960 votos), Heitor José da Silva (3.942), e Rubens Tavares Pedreira Fraco (2.039 votos).

CONSTRUÇÃO CIVIL

Cerca de 100 mil trabalhadores da construção civil, através do seu sindicato, estão pleiteando um reajustamento salarial na base de 25, 35 e 45 por cen-

to para os operários qualificados e de 10 por cento para os ajudantes. Os empregadores solicitaram um prazo de 15 dias para dar início aos entendimentos com o sindicato da classe.

FESTA DOS PADEIROS

Comemorando o 40.º aniversário de sua fundação, o Sindicato dos Padeiros do Distrito Federal programou uma série de festividades

para os dias 2, 3 e 4 do corrente, a serem realizadas na sede da entidade: Praça 11, 438, sobrado.

TÊXTEIS DA CORCOVADO

Para discutir sobre o pagamento das horas paradas e modificação na tabela das tarifas, os trabalhadores da Fábrica de Tec-

idos Corcovado reuniram-se amanhã, dia 4, na sede do seu sindicato, em assembleia convocada especialmente para debater o assunto.

Aterar os Rumos do Atual Governô

[Conclusão da 2.ª página]

Novos e novos setores do povo brasileiro adquiriram consciência da necessidade de lutar pela emancipação nacional, contra o imperialismo norte-americano. A defesa aberta das teses entreguistas se torna cada vez mais difícil perante a opinião pública. O sentido dos acontecimentos não é, portanto, favorável ao entreguismo, apesar de todos os esforços dos seus agentes para desorientar e ganhar certos setores do movimento nacionalista. Ao contrário, o sentido dos acontecimentos favorece objectivamente a ampliação e a enésima cada vez maior da frente única nacionalista e democrática. Com o agravamento das dificuldades econômico-financeiras e a acentuação, na política do governo, de tendências à conciliação e à capitulação diante do imperialismo norte-americano, torna-se mais viva no povo brasileiro a consciência da necessidade de lutar pela conquista de um governo nacionalista e democrático. Esta consciência se traduz de diversas maneiras, na luta para aterar os rumos do atual governo, exercendo pressão para alcançar modificações na sua política e na sua composição. Os fatos comprovam o que afirmou nossa Declaração de Março de 1958: «A política do governo do sr. Juscelino Kubitschek não atende aos interesses nacionais e às aspirações populares em questões essenciais, contendo, entretanto, aspectos positivos de caráter nacionalista e democrático. A medida em que os aspectos negativos da atuação do governo se tornam mais evidentes, acentua-se a luta por modificações em sua composição e em sua política em sentido favorável aos interesses nacionais e populares».

NOVOS RUMOS

FESTIVAL DOS BAIRROS

A Federação das Sociedades Amigos de Bairros, Vilas e Cidades do Estado de São Paulo está patrocinando, pela primeira vez, um Festival dos Bairros. Através de atividades sociais e esportivas congregam-se jovens de todos os bairros em torno dos torneios esportivos e do concurso da Rainha dos Bairros. Cerca de trezentas associações de bairros e dezenas de clubes esportivos trabalham por sua candidata. A mais votada será eleita Rainha e terá como prêmio uma viagem à Europa, a fim de participar do Festival da Juventude, em Viena, de 26 de julho a 4 de agosto. A coroação será feita em grandiosa festa no ginásio do Pacaembu. Na foto, um grupo de candidatas a Rainha.



O TEATRO BOLCHÓI

estará novamente no Municipal no dia 8. Veremos então uma dezena dos melhores bailarinos de diferentes organizações soviéticas de ballet, inclusive do Bolchói de Moscou. Como da vez anterior em que artistas da Grande Teatro da URSS estiveram entre nós, o interesse despertado entre o público é enorme. Já foram vendidas (em filas intermináveis) as entradas para as 4 réclitas programadas. Na foto, uma das estrelas do grupo de artistas que nos visitam



TRABALHADORES FLUMINENSES

Foi encerrado no dia 30 de junho, no Teatro Municipal de Niterói, o II Congresso dos Trabalhadores do Estado do Rio. Ao ato de encerramento, presidido pelo sr. Daniel Soares, compareceram os srs. governador do Estado, Roberto Silveira; secretário de Transportes, Paulo de Kale; líder do PTB na Câmara Federal, Oswaldo Lima Filho; representante do Ministro do Trabalho; o ex-senador Luiz Carlos Prestes e outras personalidades. O II Congresso tomou inúmeras resoluções de interesse dos trabalhadores e da população fluminenses, destacando-se a que elegeu uma comissão permanente destinada a lutar pela encampação da Companhia Brasileira de Energia Elétrica. Reportagem na 4ª página. Na foto, aspecto da mesa durante a sessão solene de encerramento.



FESTA DAS TELEFONISTAS

As telefonistas do Distrito Federal (1.400 moças operadoras e solícitas) comemoraram o seu Dia a 29 de junho passado. Os festejos se realizaram nos próprios locais de trabalho cujo aspecto foi inteiramente mudado pelo bom gosto e humor das zelosas funcionárias. Não faltou, em cada setor de trabalho, a eleição da «Miss» Simpatia (foto), escolhida entre as próprias telefonistas que neste ano comemoraram não apenas o seu Dia, mas, também, a vitória que alcançaram, conquistando o aumento salarial que receberão a partir do dia 15 da corrente. As telefonistas, como se sabe, estavam dispostas a deflagrar a greve geral caso a Light não se dispusesse a pagar o aumento reivindicado.